



# Sobre núcleos universitários

Jorge Nagle

Temos insistido na criação de núcleos universitários na UNESP, porque essa nos parece uma iniciativa bastante eficaz para mudar-lhe a fisionomia ainda existente, esta em boa parte incompatível com suas peculiaridades.

A favor dos núcleos universitários, os argumentos foram, basicamente, os seguintes: supõem novo modelo estrutural, que se ajuste melhor à característica de Universidade multicampus; estimulam a necessária articulação e mesmo integração entre as unidades universitárias, eliminando o que ainda subsiste de Universidade conglomerada; podem dar origem a subsistemas de ensino superior no interior do Estado; tornam mais fácil o estabelecimento de regiões geo-acadêmicas.

É preciso repisar o ponto de vista segundo o qual o centralismo, hoje ainda em parte presente, ao lado de multiplicar os canais burocráticos, acaba por dificultar o aparecimento de um sistema de comunicação mais ágil e econômico entre a administração central e as unidades. Cada um de nós tem experiência suficiente sob esse aspecto, o que evita muitos comentários e exemplos (basta recordar a longa tramitação dos processos, de qualquer ordem, os grandes gastos com telefonemas e telex, além dos malotes e dos deslocamentos contínuos à Reitoria). Assim sendo, o combate à burocracia exige a criação de instâncias administrativas — em sentido amplo — intermediárias, que absorvam, também, competência normativa e decisória; especialmente, que tenham atribuições de planejamento de subsistemas do ensino superior público da região em que se encontram (neste caso, sem nem mesmo descartar a possibilidade de contribuir para o estabelecimento de subsistemas regionais de ensino público, desde a pré-escola até o 2.º grau).

Como podemos perceber, a instalação de núcleos universitários alivia o trânsito administrativo — em seu significado restrito —, ao mesmo tempo que redistribui o poder decisório para subconjuntos de unidades universitárias; de certa forma, repõe a autonomia existente ao tempo dos Institutos Isolados, medida essa, aliás, que tem sido constantemente reclamada. Num outro nível de análise, tais núcleos significam aparecimento de organismos (intermediários) entre o centro e as unidades; constituem um tipo de associação, à semelhança do que vem acontecendo nas modernas so-

iedades democráticas. Estimulando o trabalho em comum, a ajuda mútua, também com o objetivo de conseguirem maior poder político, tais organismos podem eliminar a impotência hoje presente em cada unidade universitária, considerada isoladamente. Por esse motivo, podemos afirmar que a implantação de núcleos universitários, na UNESP, responde tanto a alvos de natureza administrativa como a alvos de conteúdo acadêmico-pedagógico e político-social. Ressaltemos, nesse amplo quadro, a possibilidade de a Universidade robustecer-se cada vez mais no interior do Estado, pelo incentivo a novas forças, agora mais adequadamente conjugadas.

Não é demasiado lembrar que a iniciativa pode constituir-se em medida de grande significado no médio e no longo prazos, também porque previne gigantismos. Esta é uma preocupação que devemos ter desde já. Um dos pontos importantes assinalados pelos estudiosos da Universidade tem sido o do seu crescimento desmesurado, o que torna impossível administrá-la de modo adequado. Há inúmeros exemplos de universidades que cresceram além de certos limites e que ainda hoje se encontram em dificuldades insuperáveis, em parte porque continuaram com o mesmo modelo estrutural de origem. Nem devemos omitir o fato de que, em situações dessa natureza, não só fica empobrecida a necessária convivência universitária entre docentes, alunos e funcionários, como fica prejudicada a igualmente necessária interação entre os vários organismos universitários, sejam institutos ou faculdades, sejam centros ou órgãos de apoio acadêmico ou administrativo. Textos clássicos sobre Universidade referem-se ao denominado espírito universitário, também enquanto facilidade de convivência não só entre professores, enquanto professores, não só entre alunos, enquanto alunos, mas, principalmente, entre professores e alunos, que deveriam formar uma verdadeira comunidade espiritual. Ora, encaminhar a UNESP, cada vez mais, nessa direção, é um dos objetivos dos núcleos universitários, uma vez que estes não só obtêm maior autonomia como promovem aproximação entre unidades geograficamente próximas.

Tal aproximação é bastante vantajosa ao propiciar condições favoráveis ao planejamento institucional. Observados sob modalidade que ainda perdura em vários aspectos, os planos para a UNESP continuam esbarrando com um

número razoável de dificuldades. Entre estas, a pressão de cada unidade universitária para o atendimento privilegiado de reivindicações, das mais diversas ordens. Essa forma de ação, isolada, além de poder suscitar desequilíbrios no interior da Universidade, exacerba mecanismos de competição nem sempre aceitáveis — isso para não voltar ao tema do provincianismo, tão deletério na Universidade como em qualquer outra instituição. Os resultados desse estado de coisas são um só: sedimentam obstáculos para que se estabeleçam e se assegurem até mesmo planos de cada unidade. Que dizer, então, de planos regionais e mesmo globais? Daí a convicção que temos nas virtualidades dos núcleos universitários; para dizer o menos, evitam que soluções sejam propostas, quase que exclusivamente, pelo centro administrativo.

Além disso, é interessante notar que os núcleos podem dar origem a formações universitárias de grande significado acadêmico para o Estado de São Paulo. Na indicação que acompanhou o projeto substitutivo da Reitoria, chegou a ser aventada a hipótese de esses núcleos transformarem-se em futuras universidades (regionais). Este é um desdobramento que só o tempo poderá confirmar ou não; até no médio prazo, solução dessa natureza poderá se impor. Essa, porém, é apenas uma sugestão ou uma das possíveis alternativas. Outra, não menos interessante, poderia assumir a forma de UNESP I, II, III... Esta sugestão no curto prazo e na medida do necessário desenvolvimento da UNESP — novos cursos, novas faculdades ou novos institutos, novos campus — teria a vantagem de conservar a identidade de nossa instituição; tal solução, porém, pode favorecer o agigantamento, quando a preferência tem sido por universidades de pequeno porte (Rogério C. Cerqueira Leite escreveu *As Sete Pragas da Universidade*; uma dessas sete pragas é, exatamente, o gigantismo). De qualquer maneira, julgamos que a idéia de núcleo universitário é bastante promissora. No projeto substitutivo, apresentamos apenas um dos modos pelos quais ela poderá concretizar-se; nada impede que outras soluções possam ser encontradas para a mesma questão.

Em resumo, o importante em toda essa discussão é conseguirmos uma estrutura tal que, o que for estabelecido, corresponda, de maneira eficaz às características de Universidade multicampus, contemplando as potencialidades contidas nesta sua condição intrínseca.

## Comissão do Estatuto aprova criação dos núcleos

A Comissão do Estatuto — na qual o Conselho Universitário é 'transformado' nas sessões para discussão do novo Estatuto — já aprovou a proposta de organização da UNESP em torno de núcleos regionais, contida no substitutivo apresentado pelo reitor. Esses núcleos serão definidos a partir de critérios geográficos e acadêmicos, diferente portanto dos atuais Distritos Universitários, cujo caráter é geográfico/administrativo.

Nos termos em que a proposta foi aprovada, os núcleos terão suas atividades coordenadas por conselhos regionais, tendo sua composição e competência estabelecidas pelo Conselho Univer-

sitário (C.O.). Além disso, os colegiados centrais da Universidade (o próprio Conselho Universitário, por exemplo) e o reitor poderão delegar atribuições, respectivamente, aos conselhos regionais e a seus presidentes.

Uma vez constando no Estatuto os princípios fundamentais que nortearam sua criação, os núcleos terão os aspectos que exigem maiores detalhes quanto ao seu funcionamento explicitados no Regimento Geral da Universidade (a ser elaborado depois que o novo Estatuto estiver definitivamente pronto) ou através de resoluções do C.O.

### SESSÕES

A Comissão do Estatuto já se reuniu quatro vezes, a contar do dia 16 de dezembro último. A partir de 27 de janeiro começou a ser seguido o calendário de sessões quinzenais, intercaladas entre a discussão do substitutivo e a apresentação de emendas seguidas de votação. Segundo a secretária da Comissão, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, da Secretaria Geral, ainda não é possível a previsão de uma data para o encerramento dos trabalhos.

Veja, na página 8, o que já foi aprovado pela Comissão do Estatuto.

unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 - Cep 01001 - São Paulo, SP

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Outra Unidade: Instituto de Física Teórica (São Paulo)

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia - FATEC - de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

### CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Antenor Araújo, Antonio Christofolletti, Antonio Espada Filho, Antonio Gilberto F. Fernandes, Antonio Quelce Salgado, Carlos Landucci, Carminda da Cruz Landim, Fernando Mesquita Lara, Jolji Aríki, José Ribello Júnior, José Ruy Ribello, Lourival Larini, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzetto, Nilo Odália, Ricardo Antonio de Arruda Velga, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi e William Saad Hossne.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantonio, Jehud Bortolozzi, Manoel Dias Martins e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Antonio Carlos Buzoli, Erler Schall Amorim, Gil do Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Carlola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati, Gerson Munhoz dos Santos, José Perozím, Luis Antônio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Márcio Antônio Teixeira, Reynuncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antônio Kimald, Arlêta Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araújo e Ronele Marla de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Airton Campesi, Alberto Ney Freitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Mário Yuklyasu, Reinaldo Teixeira de Oliveira, Sérgio Grosso e Waldemar Pessoa da Cruz.

CEETPS: Oduvaldo Vendrameto

FAESP: José João Auad Júnior

FIESP: Horário Lafer Plva

FCESP: Abram Szajmam

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4.º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Redação: José Roberto Ferreira (MT-17.039) — editor; Adriana Machado, Kátia Saís e Denise Pellegrini Montes.

Arte: Celso Pupo

Fotos: Clóvis Ferreira Lima

Tiragem: 17.400 exemplares

Composição, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Joruês.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

# Pela escola pública

"(...) a escola pública, a escola aberta a todos, a escola gratuita, a escola que é a garantia da união entre os homens porque não distingue cor, credo ou fortuna".\*

Estamos seguindo, sem alterações, a tradição consagrada no país, de fundo democrático, segundo a qual sempre se entendeu por escola pública, ou oficial, a criada e mantida pelo Estado/Poder Público. Ainda de acordo com essa tradição, a noção de escola pública implica a gratuidade. Assim sendo, não há, a rigor, necessidade de dizer escola pública e gratuita, pois aquela supõe esta.

Se é verdade que estamos perdendo a memória sobre a importância e a necessidade da escola pública, neste país tão caracterizado por profundos desequilíbrios, quando comparamos as possibilidades das diversas classes, camadas ou grupos sociais, no que se refere a beneficiarem-se dos bens culturais — em sentido amplo — das mais diferentes ordens; se é verdade que a escola pública continua sendo um dos poucos instrumentos de natureza democrática que pode fornecer, de imediato, condições para a fruição daqueles bens culturais e, conseqüentemente, ampliar e elevar em cada um, os níveis de realização como ser humano; se ainda, os quadros da situação brasileira apresentam, hoje, muito mais que ontem, novos obstáculos para a manutenção e para a defesa da escola pública — então, é preciso, antes de tudo, entender o panorama em que estamos colocados, a fim de não só enriquecermos a nossa consciência pública, como elaborarmos um plano de atuação, cujas medidas possam influir, favoravelmente, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento de um sistema público de escolas, em todos os graus e modalidades.

Quais são alguns dos problemas que, mais recentemente, estão enfrentando aqueles que, por imposição doutrinária de sentido democrático, defendem a escola pública?

Inicialmente, problemas propostos na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte.

Problemas que se escalonam desde a fixação ou não de percentuais para a educação, até o uso de recursos públicos exclusivamente ou não para a escola pública. As discussões realizadas no interior da Comissão mostram que, apesar desta ou daquela decisão preliminar, corremos o risco de alterações quando houver votação em plenário. De qualquer modo, informações vêm sendo veiculadas mostrando o forte "lobby" da iniciativa privada sobre os constituintes, em contraparte, o relativamente pequeno poder daqueles que defendem a escola pública. Nesse quadro, é preciso analisar, também com muito cuidado, as emendas do chamado "Centrão".

Sintomaticamente, essa situação vem sendo reforçada por uma aberta campanha de desmoralização e de estigmatização da escola pública, ao mesmo tempo em que se busca, de um modo viciado, mostrar as excelências da escola particular.

Com efeito, especialmente jornais vêm publicando, há meses, sobre as escolas de 1.º e de 2.º graus, matérias que, de um lado, apontam as boas condições em que se realiza o trabalho peda-



gógico em pouquíssimas escolas particulares, justamente aquelas que atendem a uma pequena clientela economicamente bem favorecida (elite?); de outro lado, tomam como exemplo escolas públicas, particularmente da periferia, em condições precárias de funcionamento, que atendem a uma população geralmente carente do ponto de vista financeiro (massa?). Assim, selecionam-se exemplos extremos bem sucedidos (escola privada) para contrapor com exemplos extremos não bem sucedidos (escola pública). Tanto em um caso como em outro, faltaram critérios para uma amostragem tecnicamente bem feita. O contraste aparece, sem dúvida, porém fabricado de maneira pouco escrupulosa, desfavorecendo, desmoralizando e estigmatizando a escola pública.

E o que dizer de um falso jogo verbal que vem gerando proveitosas confusões para aqueles que são a favor da escola privada?

O leitor deve recordar-se da mudança semântica que está sendo difundida. Trata-se, a todo custo, de substituir a tradicional e inconfundível denominação de escola pública por escola estatal, ao mesmo tempo em que se procura proclamar que tanto a escola estatal como a escola privada são públicas. Subvertendo a tradição pedagógica brasileira, confundem, com a mesma palavra (pública) entidades com origem e bases muito diferentes — isto tudo, sem fazer referência à ressonância histórica que provoca a palavra estatal, ao trazer à lembrança tendências socializantes para amedrontar os incautos. Igualam-se, assim, os serviços prestados com recursos do Poder Público e os serviços feitos mediante autorização (concessão?) do mesmo Poder Público, porém duplamente pagos pelo usuário da escola privada (impostos mais mensalidades). Nem é o caso de discutir, no momento, a situação daquelas escolas privadas que, de acordo com a legislação, não têm fins lucrativos, mas que, no entanto, se enriquecem fornecendo educação escolar, muitas vezes de baixa qualidade.

Constitui um caso à parte a situação das denominadas escolas comunitárias, muitas de origem confessional, que pretendem ocupar os espaços educativo-escolares. Esta é uma ocorrência singular, mas que precisa ser cuidadosamente pensada: no médio prazo, tais escolas podem transformar-se num amplo subsistema que carrega para si recursos do Poder Público, como já está previsto no Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Documento bem recente, que está sendo discutido em entidade de caráter nacional, propõe, de acordo com o Artigo 247 desse Projeto, que 50% do orçamento das escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, tenham como fonte recursos públicos. De qualquer modo, por pretenderem substituir a ação do Estado, soluções dessa natureza podem, gradualmente eximir o Poder Público de um de seus mais importantes deveres. Ainda quanto à destinação dos recursos públicos, é preciso lembrar o que ocorreu com o projeto "Nova Universidade", quando a distribuição dos recursos, além de descriteriosa, atendeu, na maior parte a entidades privadas. Aliás, as instituições de ensino superior não-públicas insistiram na proposta para cobertura, com recursos públicos, de 30% de seus encargos.

Agora, um problema que afeta fundamentalmente a escola superior.

Como sabemos, as normas maiores do "sistema" educacional brasileiro consagram o princípio de que cada Estado tem competência para organizar seu próprio sistema de ensino. Entretanto, quanto à escola de 3.º grau, interpretação dos órgãos federais acabou por fixar a regra segundo a qual as escolas superiores privadas ficam diretamente subordinadas ao Conselho Federal de Educação (C.F.E.). Criou-se, assim, para cada Estado, uma dupla jurisdição: as escolas de 1.º e de 2.º graus estão jurisdicionadas ao respectivo Conselho Estadual de Educação (C.E.E.) enquanto as escolas de 3.º grau, conforme o caso, subordinam-se ou ao C.E.E. (municipais e estaduais)

ou ao C.F.E. (particulares). Esta estrúxula dupla jurisdição resultou, de um lado, na impossibilidade de cada Estado definir seu próprio sistema, de outro lado, foi essa a via pela qual as escolas privadas superiores tiveram inúmeras facilidades para se expandirem, de modo descriterioso e desenfreado, desde o final da década dos anos 60 até hoje. Para o Estado de São Paulo, da multiplicação vertiginosa das escolas superiores, chegou-se ao seguinte quadro, dados de 1985: cerca de 10% dos jovens dos 18 aos 24 anos cursam escolas superiores, sendo 4.311 em instituições federais, 30.998 nas municipais, 53.846 nas universidades estaduais e 320.707 nas escolas particulares, neste último caso, abrangendo 78% dos alunos (ver Jornal da UNESP, n.º 22, dezembro/87, quadro da pág. 5).

Esta é uma distorção grave, que impede tanto o C.E.E. como o Governo do Estado de formularem uma política bem programada para o ensino superior. Se essa é a situação, é preciso ter um pouco mais de cuidado ao exacerbar críticas contra a chamada ausência de política educacional para o 3.º grau do Estado, especificamente quando tais críticas são dirigidas às universidades estaduais, ao procurarem, dada a situação presente e as alternativas disponíveis, ampliar seus raios de ação, aumentando o número de vagas do ensino público de grau superior.

Para finalizar, aí estão alguns problemas importantes que têm que ser enfrentados por todos aqueles que ainda acreditam nas virtudes e virtualidades da escola pública num país como o Brasil — todos eles à espera de uma sólida campanha e de uma perseverante luta a favor de um dos poucos instrumentos que, no curto prazo, pode atenuar o peso das desigualdades, desigualdades essas também responsáveis pelos ultrajes perpetrados contra a dignidade humana da grande maioria dos brasileiros.

\* Diretrizes e Bases da Educação Nacional, obra organizada por Roque Spencer Maciel de Barros, pag. 189-90; o trecho citado consta do artigo do próprio organizador.

# 1987, ano expressivo para a Universidade

CAMPUS	UNIDADE	OBRAS		Mat. permanente a Equipamentos* Cz\$	TOTAL		
		Discriminação	m <sup>2</sup>			CUSTO* Cz\$	
ARAÇATUBA	FO	Reforma das instalações elétricas e hidráulicas da Clínica II	877	1.937.490,14	8.409.427,56	10.346.917,70	
		Elaboração de projetos (Clínica I, vestígio e CAOE)	3544				
		Construção da Clínica II	800				
		Construção de cabine para compressor	6				
		Construção do muro de divisa com DRE	126				
ARARAQUARA	ADM			24.400,00	24.400,00		
	FCF	Construção do Bloco 4 - setor A e B - Fármacos e Medicamentos	1738	12.580.696,90		4.237.642,89	18.818.339,79
	FO			7.392.287,89		7.392.287,89	
	ILCSE	Construção do prédio da Administração do ILCSE/FCF	1490	9.323.139,57		557.432,90	9.880.572,47
	IQ	Complementação do Depto. Física-Química	900	2.857.467,73		5.035.307,27	7.892.775,00
ASSIS	ILHP	Reforma dos Laboratórios de Química Geral e Inorgânica	1000		1.852.246,49	15.329.197,24	
		Elaboração do Projeto dos Deptos. de Quím. Analít., Geral e Inorg.	173				
		Reforma de paredes com alamentos vazados	53				
BOTUCATU	ADM	Adaptação do local destinado ao Pólo Computacional		561.738,00	1.202.530,00	1.764.268,00	
	FCA	Complementação do prédio da Administração	792	22.928.130,43	9.151.199,67	32.079.330,10	
		Elaboração do projeto - Ciências Florestais	1200				
		Elaboração do projeto - Ciências Ambientais	500				
		Conclusão do galpão de beneficiamento da arroz	222				
		Adaptação do local destinado ao Pólo Computacional	283				
	Construção do galpão - farinha de mandioca	202					
	FM	Fundações do Centro da Diagnóstico por Imagem - HC	7800	58.417.527,83	42.981.062,64	101.398.590,47	
	FMVZ	Complementação do prédio da administração	825	20.756.312,84	8.752.795,03	27.509.107,87	
		Construção da cerca - Sator de Bubalnocultura					
Complementação Bloco E3 - Centro Cirúrgico (grandes animais)		554					
Piscicultura - Construção de tanques							
Piscicultura - Construção de laboratórios		150					
Projeto Fazendas - Bovinocultura de corte (cochos a carcas)							
Projeto Fazendas - Bovinocultura (Casa Modelo)	70						
Aquisição da talhas							
IB	Complementação do laboratório didático a salas da aula	700	10.118.221,81	3.366.816,64	13.485.038,45		
Reforma do prédio do Dapto. de Anatomia e Morfologia	1882						
Construção do laboratório de Toxicologia	113						
FRANCA	FHDSS	Reforma do Bloco B - Prédio tradicional	756	1.953.448,00	212.000,00	2.165.448,00	
		Reforma da fachada					
GUARATINGUETÁ	FE	Adaptação do local destinado ao Pólo Computacional		480.813,80	2.218.780,99	2.699.594,79	
ILHA SOLTEIRA	FE	Pavimentação a execução de guias e sarjetas	9500	4.324.400,00	3.723.972,27	8.048.372,27	
		Reforma do telhado da moradia estudantil					
Adaptação do local destinado ao Pólo Computacional	174						
Projeto Fazendas - Produção de Grãos							
JABOTICABAL	FCAV	Construção do prédio do Depto. de Hig. Vat. a Saúde Pública	643	28.222.328,42	17.469.847,42	45.692.175,84	
		Construção da Mini Usina de Laticínios	95				
		Construção do prédio do Dapto. de Engenharia Rural	268				
		Execução do Poço Artesiano a Reservatório	270M				
		Conclusão do Anfiteatro	900				
		Construção parcial do prédio do CEMIP	280				
		Reforma do telhado - laboratórios didáticos e salas da aula	800				
		Elaboração do projeto do Infectório da Microbiologia	20				
		Construção do Biotério - Tecnologia	82				
		Elaboração do Projeto Unifilar					
		Casa para equipamento da Engenharia Rural (mão-de-obra)					
		Reforma do Alojamento do Colégio Técnico	203				
		Colocação da lajotas - Dapto. de Ciências Exatas (mão-de-obra)					
		Construção do Centro Radiológico	113				
		Construção do prédio do Dapto. de Defesa Fitossanitária	215				
		Aquicultura - Laboratórios e Galpão	369				
		Adaptação do local destinado ao Pólo Computacional	453				
Construção de Estábulo Experimental - Babesiosa	46						
MARÍLIA	FEFCSO	Construção do prédio da Administração - Bloco III, IV, VII	630	17.011.084,40	597.824,00	17.608.908,40	
		Projeto de telefonia, rede de esgotos e águas pluviais					
		Conclusão do Dapto. de Educação Especial	190				
		Colocação de rufo da chapa galvanizada na Biblioteca	208M				
PRES. PRUDENTE	IPEA	Construção de salas de aula e Laboratórios Didáticos	800	2.478.320,75	442.174,40	2.920.495,15	
		Construção de galpão para depósito de lajotas					
		Construção da calçada de acesso ao prédio novo	1000				
		Ampliação da rede 220 - pavilhão da docentes I e II					
Ravestimento do piso do Laboratório de Informática	117						
RIO CLARO	ADM	Conclusão das carcaduras do campus	310M	796.682,00	751.479,00	1.548.171,00	
		Recuperação da Cobertura da central de aulas A e B	100				
		Adaptação do local destinado ao Pólo Computacional					
IB	IB	Construção da piscina semi-olímpica		33.478.446,98	4.532.533,20	38.010.980,18	
		Construção do prédio do Depto. de Bioquímica	1007				
IGCE	IGCE	Construção do Depto. de Matemática - Bloco I e II	1267	5.598.932,85	1.267.415,30	6.866.348,15	
		Conclusão do Depto. de Mineralogia	31				
S.J. RIO PRETO	IBILCE	Exatidão de piso na sala dos Chroptera - Laboratório de Física	53	1.177.195,11	5.553.020,30	6.730.215,41	
		Pavimentação de asfalto, guias e sarjetas	599M				
		Adequação da sala 22 - Laboratório de Computação					
		Elaboração do projeto do prédio para gabinetes e salas da aula	900				
Adaptação do local destinado ao Pólo Computacional	150						
S.J. CAMPOS	FO	Serviço de instalação de cadeiras odontológicas		675.823,00	7.852.553,00	8.528.376,00	
		Reforma do portão principal e calçamento	340				
SÃO PAULO	IAP	Raparus a adaptações nas instalações hidráulicas		85.000,00	2.175.000,00	2.260.000,00	
		Adm. Superior		15.152.825,35	20.185.924,45	35.338.549,80	
		CAGE			669.558,25	669.558,25	
		Reitoria			608.787,38	608.787,38	
		C.G. Informática			228.484.130,80	228.484.130,80	
		GTUNESP			1.354.852,05	1.354.852,05	
		CPCC			671.278,12	671.278,12	
		Biblioteca Central			12.680.000,00	12.680.000,00	
		IFT			170.631,81	170.631,81	
		TOTAL GERAL			264.390.776,66	440.584.691,70	704.975.468,36

\* refere-se ao valor do total despendido pela Unidade

“A UNESP viveu em 1987 seu período mais expressivo em termos de realizações”. Esta é a conclusão do relatório anual encaminhado pela Reitoria ao Governo do Estado e que se deve, em primeiro lugar — segundo o mesmo relatório — ao fato de a Universidade ter conseguido cumprir seu Planejamento de Atividades, definido em 1985 e consubstanciado nos objetivos de modernização e democratização; melhoria das condições de trabalho para professores, funcionários e alunos; atendimento dos anseios da sociedade quanto ao ensino público e gratuito; promoção da pesquisa; e prestação de serviços à comunidade.

“Nesse sentido, — acrescenta o relatório — ressalta-se a continuidade do plano de obras e reformas, a aquisição em maior quantidade de equipamentos para o ensino e a pesquisa, como também de livros e periódicos, a formulação de maior número de grandes projetos de pesquisa, o início da elaboração do novo Estatuto e a implantação da primeira fase do Plano Diretor de Informática.”

Em segundo lugar, o relatório destaca que 1987 apresentou-se como um ano em que, “a UNESP inicia de forma decisiva sua contribuição para a ampliação do ensino superior público e gratuito, através da encampação da Universidade de Bauru e do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente”.

Por último, “este foi um ano em que a Universidade pôde adotar iniciativas de grande significado, visando a uma maior agilidade e racionalidade administrativas como forma de alcançar suas atividades-fins”. Exemplifica citando a criação do plano de carreiras para os servidores, o início da reformulação das estruturas administrativas da Reitoria e a criação da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP. Resumidamente, outros itens abordados no relatório de 1987, foram:

**INVESTIMENTOS:** Foram aplicados Cz\$ 264.390.776,66 em obras novas e reformas (veja o quadro ao lado) que contemplaram a pesquisa, o ensino, a extensão de serviços e também a administração. Para aquisição de equipamentos e material permanente, investiu-se Cz\$ 440.584.691,70, parte tam-

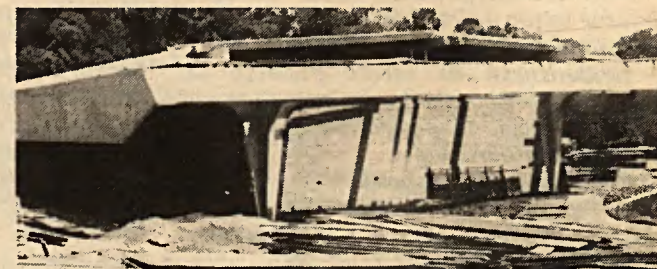
bém destinada a compra de cerca de oito mil livros e assinatura de perto de três mil periódicos.

**INFORMÁTICA:** Com recursos da ordem de Cz\$ 226 milhões, obtidos dos programas FINAME e PROINFO, agenciados pelo BADESCP, foram adquiridos os equipamentos necessários para a implantação do Centro de Processamento de Dados da Reitoria e das Unidades de Processamento de Dados de sete Unidades Universitárias. Paralelamente, a Reitoria adquiriu equipamentos computacionais destinados aos laboratórios didáticos das Unidades que mantêm cursos que exigem sua utilização.

**EXPANSÃO:** Além da aprovação das encampações da UB e do IMESP — que deverão ocorrer de fato neste ano — outra encampação plenamente concretizada em 87 foi a do Instituto de Física Teórica, em São Paulo, que se constitui num dos mais importantes centros de pesquisa em sua área no país. Foram também ampliadas 140 vagas em cursos já existentes e criados os cursos de Engenharia Florestal e Ciências de Computação, além de outros quatro cursos na pós-graduação.

**GRANDES PROJETOS:** Vários projetos de pesquisa de dimensões e reflexos amplos, apoiados e incentivados pela Reitoria, atingiram um estágio tal que, em 87, ganharam nova conformação: a de centros de pesquisa. Assim, foram criados ou entraram em processo de criação o Centro de Aquicultura, o Centro de Pesquisa Aplicada à Transferência de Embriões, o Centro Integrado de Tecnologia, o Centro de Estudos de Insetos Sociais, o Centro Integrado de Menejo de Pragas e o Centro de Estudos Latino-Americanos, além de se incentivar a ampliação de atividades de outros centros e o desenvolvimento de projetos.

**RECURSOS:** Para essas diversas realizações, a UNESP contou, em 1987, com um total de Cz\$ 704.975.468,36, que provieram de recursos do Tesouro do Estado (Cz\$ 318.530.335,00), de recursos próprios (Cz\$ 14.624.466,24), dos convênios Franco-Brasileiro (Cz\$ 136.804.927,94) e Eximbank (Cz\$ 8.274.500,00), além de recursos do BNDES (Cz\$ 226.741.239,18).



O item “obras” foi contemplado com cerca de 90 realizações



# Educação, das Constituições à Constituinte

Um apanhado dos textos de 1946, de 1967 e das propostas da Comissão de Sistematização e do Centrão.

A educação é direito de todos. Pelo menos nesse princípio as Constituições de 1946 e 1967 (esta em vigência) e as propostas da Comissão de Sistematização e do Centrão são unânimes. Mas, as diferenças começam logo a seguir, ainda quanto aos princípios gerais, como de quem é o dever e a competência de promovê-la. A de 46 diz que a educação deve ser dada no lar e na escola; a atual concorda e a afirma como um dever do Estado. A proposta da Sistematização reforça o dever do Estado e a do Centrão divide a responsabilidade com a família. Ainda que pouco perceptíveis, as diferenças fundamentais, entretanto, se apresentam mais acentuadas no decorrer dos textos, quando se aborda a questão do papel do Estado, da iniciativa privada e dos recursos destinados à educação, ou mesmo a questão da universidade. (Veja matéria abaixo).

## PRINCÍPIOS

A Constituição de 46 limita o dever do Estado à responsabilidade de direção e organização dos sistemas de ensino, bem como da sua regulamentação. Além da educação ser livre à iniciativa particular, "respeitadas as leis que o regulem" — cujas diretrizes não são estabelecidas no texto — a Constituição de 46 impõe às empresas industriais, comerciais e agrícolas o dever de manter o ensino primário gratuito aos seus servidores e filhos destes (no caso daquelas com mais de cem empregados), bem como a seus trabalhadores menores.

A atual Constituição já cita o dever do Estado em seus princípios fundamentais, reforçando ainda a liberdade de participação da iniciativa particular "a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsas de estudos". Define também a obrigatoriedade do ensino primário, acrescentando, com relação ao texto anterior, a faixa etária dos sete aos quatorze anos, e mantém a gratuidade nos estabelecimentos oficiais. Para os níveis seguintes — médio e superior — o texto de 67 diz que "será gratuito para quantos demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos". O de 46 garante também a gratuidade para os carentes, mas não exige prova de aproveitamento.

A proposta da Sistematização define a educação como um "dever exclusivo do Estado e que será promovida e incentivada com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu compromisso com o repúdio a todas as formas de preconceito e discriminação". O princípio geral do Centrão divide a responsabilidade da educação entre a família e o Estado, sendo inspirada nos ideais de "solidariedade humana".

As duas propostas determinam que, para execução do objetivo geral, devam ser observados princípios semelhantes de democracia, liberdade e pluralismo de idéias. A diferença é que a Sistematização inclui também como princípio um item sobre a gratuidade do ensino público, que o Centrão dispensa.

## DEVER DO ESTADO

Quanto à efetivação do dever do Estado com a educação, a Constituição de 46 coloca como competência da União a organização do sistema federal de ensino e dos Territórios, cujo "caráter é supletivo, estendendo-se a todo o país nos limites das deficiências locais". Os Estados e o Distrito Federal deviam organizar seus próprios sistemas de ensino, para o qual a União cooperaria com auxílio pecuniário.



Sistematização e Centrão: diferenças também quanto aos temas da educação

O texto da Constituição vigente — assim como o da Sistematização — também prevê a organização do sistema de ensino como competência do Estado — o que o Centrão não menciona —, mas traz uma novidade com relação ao anterior: "O Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei assegurará". A norma, entretanto, acabou perdendo sua validade. Apesar de implantada através da concessão de bolsas pela Caixa Econômica Federal, em razão dos muitos casos em que não houve restituição, a idéia das bolsas foi abandonada, mas seus efeitos podem ser sentidos ainda hoje, através da proliferação indiscriminada de instituições particulares, que se tornaram viáveis, entre outros motivos, em função do incentivo constitucional.

Além disso, o texto de 67 substituiu o dever, afirmado em 46, das empresas manterem ensino primário gratuito aos seus empregados e filhos destes, através da instituição do salário-educação, o que também contribuiu para a expansão do ensino privado.

Já as duas propostas em tramitação no Congresso Constituinte garantem o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, "inclusive para os que a este não tiveram acesso na idade própria", e a sua extensão progressiva ao ensino médio, em contraposição à Constituição vigente. Além disso, ambas incluem, como competência do Estado, o atendimento em creches e pré-escolas de crianças de zero a seis anos, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa científica e da criação artística, a oferta de ensino noturno e o apoio suplementar ao educando, através de programas diversos.

## A universidade poderá aparecer pela primeira vez

A perspectiva que se tem é que a universidade passe a figurar do próximo texto constitucional. Nas Constituições anteriores, não foi sequer citada. As referências diziam respeito apenas à necessidade de concurso para provimento de cátedra e da substituição do regime de ensino gratuito nesse nível por bolsas de estudos.

As propostas atuais, entretanto, reservam um artigo exclusivo, onde definem que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A

proposta da Sistematização, porém, abre para as comunidades interessadas a possibilidade de participar do controle de sua gestão financeira e patrimonial, aspecto não levantado pelo Centrão.

Outra diferença entre uma proposta e outra, desta vez fundamental, é a questão dos princípios que regem a educação superior. Para a Sistematização, deve ser observado o princípio "da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da garantia do padrão de qualidade". Já para o Centrão, o princípio é de "indissociabilidade entre o ensino, a



## DIVERGÊNCIAS

Apesar de concordarem com as mesmas medidas, a inclusão de um parágrafo no texto da Sistematização marca a primeira ruptura nessa concordância: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", o que significa, segundo o jurista Cretella Júnior, que "o cidadão tem a possibilidade de exigir da administração pública determinadas prestações garantidas pela norma jurídica". A Sistematização complementa, em seguida, que "o não oferecimento do ensino pelo Estado, ou a sua oferta irregular, importa responsabilidade das autoridades competentes". Apesar de o Centrão também citar essa segunda parte, logo a seguir seu texto abre a brecha: "Em caso de insuficiência de vagas na rede pública de ensino, o Poder Público oferecerá bolsa de estudo nas escolas privadas". Além disso, defende a efetivação de contratos ou convênios entre o Poder Público e as instituições de ensino privado a título de "cooperação".

Com relação também à participação da iniciativa privada, a Sistematização inclui a necessidade de as escolas serem reconhecidas e credenciadas pelo Estado e que este só subvencionará instituições privadas que, além de não terem fins lucrativos, apliquem seus excedentes em educação e prevejam a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária ou ao Poder Público no caso de encerramento de suas atividades. O Centrão exige apenas a comprovação da finalidade não lucrativa da instituição para destinação de verbas públicas.

## RECURSOS

Quanto aos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, a Cons-

tituição vigente, em função da Emenda Calmon, de 1º de dezembro de 1983, determina que a União deve aplicar um mínimo de 13% da receita resultante de impostos, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nunca menos de 25%. No texto original de 1967, não eram citados os percentuais de participação do Estado, enquanto que a Constituição de 46 previa um mínimo de 10% para a União e 20% para os demais.

As propostas atuais ampliam o percentual de participação da União para um mínimo de 18%, também da receita resultante dos impostos, e mantêm os 25% para as demais instâncias.

A repartição desses recursos, segundo as duas propostas, deve assegurar prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do plano nacional de educação, a ser definido por lei e de duração pluri-anual.

## LIBERDADE

Um ponto fundamental que caracteriza a Constituição atual é o que diz respeito à liberdade. Redigida durante o período da ditadura militar, até mesmo nos artigos referentes à educação há censura e limitações à liberdade.

A liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério é ressaltada pelo artigo 154, que afirma que "o abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará na suspensão daqueles direitos" constitucionais.

Já a Constituição de 46 e as propostas da Sistematização e do Centrão não colocam qualquer limitação.

pesquisa, a extensão e as atividades sociais e produtivas".

As implicações de um texto e outro são bastante contrastantes. Enquanto para o primeiro a indissociabilidade se dá entre as atividades fundamentais da universidade, além de exprimir uma preocupação, bastante atual no meio universitário, com a qualidade, o segundo atrela aquelas atividades ao sistema produtivo, o que, de imediato, traz à tona a questão, por exemplo, de qual será o destino da pesquisa básica no Brasil, caso o texto do Centrão seja aprovado.



Entre os vários eventos que marcaram a vida da UNESP em 1987, o que mais provocou reações, tanto positivas quanto negativas, foram as encampações da Universidade de Bauru (UB) e do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESPP). Como o senhor vê as críticas, observando que elas se referem basicamente à questão de recursos financeiros?

Em primeiro lugar, vejo as críticas como algo absolutamente normal num processo como o que está ocorrendo. De repente a UNESP começa a crescer e isso pode surpreender algumas pessoas que não estavam com esse tipo de preocupação na cabeça. E a reação inicial é negativa, provocada especialmente por dois fatores: um, de ordem doutrinária; outro, determinado por questões como a de ter de repartir o bolo com mais uma boca que chega à mesa. Quanto ao primeiro caso, o quadro está mudando dia a dia: com o passar do tempo as pessoas vão aprofundando as controvérsias e passam mesmo a defender a expansão da UNESP em termos até mais amplos do que estamos propondo. Isso vem ocorrendo de fato. No segundo caso, quero reafirmar o que já disse no Conselho Universitário: as encampações não trarão prejuízos financeiros para as nossas Unidades; ao contrário, ajudarão a aumentar o orçamento da UNESP e, conseqüentemente, trarão benefícios para o conjunto da Universidade.

Como isso é possível?

Não podemos nos esquecer que, principalmente no caso da UB, a proposta de estadualização partiu do Governo, o que implica seu compromisso com os custos e os investimentos que a encampação exigiu. Além disso, o fato de a UNESP estar crescendo se traduz num forte argumento quando apresentarmos ao Governo do Estado o nosso orçamento ou os nossos pedidos de suplementação. Aliás, é bom lembrar que o Governo tem-se mostrado bastante sensível às nossas argumentações, o que tem feito com que o orçamento da UNESP cresça e se diversifique ano a ano.

A criação de novos cursos segue o mesmo raciocínio?

Segue. A criação de novos cursos está voltada, basicamente, para o atendimento da necessidade da ampliação do ensino superior público e gratuito de bom nível no Estado de São Paulo. E, considerando toda a estrutura, todos os recursos de que a UNESP dispõe, acreditamos que é importante trabalhar um pouco mais no sentido da ampliação, por exemplo, dos cursos noturnos em todas as áreas e em todas as Unidades onde isso for possível.

As encampações da UB e do IMESPP visam, então, a ampliação do ensino público e gratuito?

Esse é o principal aspecto e o principal desafio em torno das encampações. Há anos que a comunidade universitária — principalmente as entidades docentes e as discentes — faz coro, do qual participam os setores progressistas da sociedade, reivindicando ampliação e fortalecimento do ensino público e gratuito. Como eu também sempre fiz parte desse coro, no momento em que assumi a Reitoria defini como um dos compromissos básicos trabalhar para isso — e é o que estamos fazendo. Vejo aí não só uma questão de coerência mas também de obrigação: no momento em que o nosso limite era reivindicar, reivindicávamos; agora, temos que fazer. É claro que isso choca algumas pessoas, tanto dentro como fora da

UNESP, mas o quadro geral é bastante favorável. Ou seja, não só predomina o sentimento de estarmos sendo coerentes (transformando o discurso do passado em prática do presente) mas há também o sentimento de que fazemos isso com competência. No momento em que as encampações da UB e do IMESPP foram aprovadas pela grande maioria do Conselho Universitário, torna-se evidente que a UNESP se sente com a competência necessária para promover a sua própria expansão e, por conseqüência, transformar em situações reais as antigas reivindicações de ampliação e de fortalecimento do ensino superior público e gratuito.

Além disso, há, ainda, um outro aspecto a ser ressaltado no caso das encampações. A UB e o IMESPP são instituições que atingiram determinado patamar, mas encontraram dificuldades intransponíveis para continuar melhorando seu desempenho. O recolhimento das mensalidades pagas pelos alunos e a injeção de recursos das Prefeituras não são suficientes. Então, as encampações podem ser traduzidas também na promoção, para o sistema universitário estadual, de duas instituições com potencialidade para melhorar seu desempenho mas que esbarravam nos recursos limitados da municipalidade, da qual dependiam.

As encampações da UB e do IMESPP realmente significam ampliação do ensino público e gratuito. Mas quanto ao fortalecimento da UNESP, uma instituição que sempre promoveu não só o ensino mas também a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade?

Antes de responder, é importante fazer um rápido registro de uma dolorosa lembrança: quando da criação da UNESP, vários cursos foram fechados em muitos dos nossos campus. Com relação à pergunta, posso dizer, em termos gerais, que os pontos fundamentais da administração universitária estão sendo tocados, uns mais outros menos, dependendo de cada situação.

Por exemplo?

A questão de equipamentos para pesquisa e material permanente, por exemplo. Até o ano em que assumimos a Reitoria, o orçamento praticamente não contemplava verbas para esse fim, mas já em 1985 pudemos contar com tais recursos específicos, o que se repetiu nos anos seguintes. O montante de recursos desse período não foi suficiente para colocar em dia a aquisição de equipamentos e material permanente segundo as necessidades da Universidade, mas muitos problemas puderam ser resolvidos. O mesmo aconteceu com obras novas e reformas de prédios e com a compra de livros e periódicos, itens que, também, praticamente inexistiam no orçamento. Já com a informática pôde ser diferente: saímos de uma situação que estava na estaca zero e hoje ela se encontra num patamar que vai deixar a UNESP atualizada no que se refere à computação eletrônica. Foram gastos 300 milhões de cruzados para realizar um projeto absolutamente novo em termos de informatização de uma universidade. Absolutamente novo, por dois motivos: o primeiro, porque todas as Unidades são contempladas de maneira igualizada, conforme a necessidade de cada uma; o segundo, porque os equipamentos adquiridos são compatíveis entre si, de modo a tornar possível a formação de uma rede de computadores interligando toda a UNESP, o que deverá acontecer em breve. Torna possível também que a UNESP se acople a outras redes, nacionais ou internacionais. Por sua vez, o sur-

## ENTREVISTA

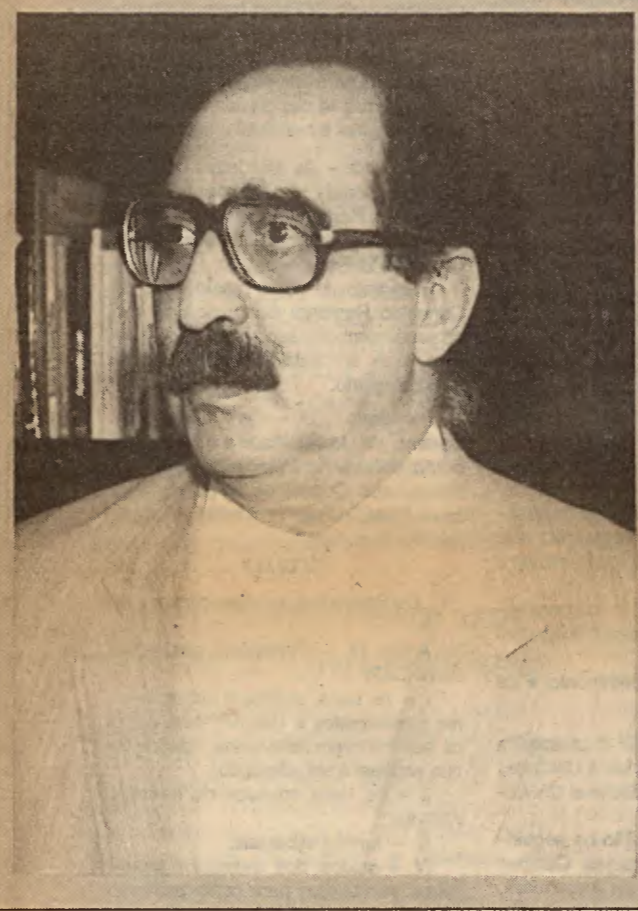
Jorge Nagle

# A UNESP começa a incomodar

O ritmo de recuperação em que a UNESP entrou nos últimos anos ganhou mais força em 1987. A implantação de um inovador projeto de informática, o empenho para obtenção de grandes empréstimos internacionais e a tomada de decisões voltadas para a ampliação do ensino superior público e gratuito são medidas que, somadas ao crescimento que já vinha ocorrendo em várias frentes — na compra de livros e periódicos em maior quantidade ou no aumento do número e do valor de bolsas para alunos, por exemplo —, estão tornando a UNESP um tanto mais ativa e promissora. Ao ponto do reitor Jorge Nagle achar que ela “está começando a incomodar”.

O reitor, no entanto, espera que, neste ano, a Universidade seja ainda mais agressiva, atuando de maneira decisiva no desempenho de todas as suas funções.

Nesta entrevista, Jorge Nagle comenta os principais aspectos da vida da UNESP na atualidade: o novo Estatuto, as encampações da Universidade de Bauru e do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente e as possíveis soluções para o problema da moradia estudantil, entre outros assuntos.



gimento da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp), cujo nome já revela os motivos para os quais ela foi criada, e o amadurecimento da UNESP, que vem aperfeiçoando o nosso vestibular, são indicadores de medidas que estão sendo tomadas na direção do fortalecimento da UNESP. A criação de centros de excelência, que foi discutida no Conselho Universitário, é outra iniciativa que vamos nos empenhar para dar certo.

O senhor já revelou ser favorável à avaliação da universidade, e a Reitoria está, neste momento, colhendo informações sobre os trabalhos de pesquisa dos docentes. Também neste momento, está sendo vivida uma grande polêmica em função da divulgação, pela reitoria da USP, na Folha de São Paulo, de uma lista de professores que nada teriam publicado em 1985 e 1986. Como o senhor está vendo essa polêmica envolvendo a avaliação?

Independente da polêmica atual, continuamos sendo favoráveis à avaliação da universidade. Todos os intelectuais e cientistas que têm se manifestado, através de artigos em jornais, contra a divulgação da lista, não deixam de se declarar favoráveis à avaliação. Ou seja, o problema todo que está ocorrendo se

resume na divulgação de uma lista que contém muitos erros.

O nosso objetivo é chegar a um retrato bastante fiel da Universidade e, então, fazer os retoques onde for necessário. É avaliar para melhorar, tanto o trabalho individual do docente quanto o desempenho geral da instituição.

O senhor apresentou uma proposta completa para o novo Estatuto da UNESP. Por quê?

Apresentamos um substitutivo, na condição de membro do Conselho Universitário. E fizemos isso porque o Estatuto atual não está voltado para uma universidade com as características e peculiaridades da UNESP, cujos campus estão distribuídos por quatorze diferentes cidades. Quando o atual Estatuto foi elaborado, poderia atender a uma instituição organizada em torno de um único campus ou de um campus principal — como ocorre com a maioria das universidades brasileiras. E o anteprojeto apresentado pela comunidade preserva essa mesma característica de origem, apenas reafirmando ou negando o que está no Estatuto atual. Assim, o substitutivo apresentado pela Reitoria traduz uma proposta nova para a organização e funcionamento da UNESP, que é uma universidade multicampus.

O senhor dá ênfase aos núcleos universitários, que propõe serem criados. Por quê?

Ao longo dos últimos anos, avançamos consideravelmente em termos de conquista e aperfeiçoamento do espaço democrático na UNESP, o que se refletiu diretamente em mudanças no Estatuto em vigência. Um exemplo que resume bem essas mudanças é o número de membros no C.O., que aumentou de 39 para 74, em função da ampliação das representações docente, discente e técnico-administrativa. Ou seja, conquistas de caráter democratizante estão asseguradas e sem que haja, a nosso ver, riscos de retrocesso. Então, o que a UNESP precisa hoje é de um modelo de organização que seja adequado às suas características e peculiaridades — e a organização em núcleos universitários é, na nossa opinião, uma alternativa interessante e oportuna.

Como seriam os núcleos?

A configuração geográfica e as tarefas específicas dos núcleos não constam do substitutivo que apresentamos, pois entendemos que vamos chegar a essas definições depois de algumas discussões no Conselho Universitário. A nossa preocupação agora é apresentar os núcleos enquanto uma idéia para ser amadurecida. É a idéia de criar um mecanismo de intermediação entre as Unidades e os órgãos da administração superior da Universidade e de articulação entre as Unidades que compõem um determinado núcleo. Com isso, acreditamos resolver em grande parte os problemas de ordem burocrática — que prejudicam tanto as atividades acadêmicas quanto as administrativas — e, ao mesmo tempo, desconcentrar o poder, atualmente muito centralizado nas mãos da Reitoria.

A UNESP está pleiteando um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de 32 milhões de dólares. O que isso representará para a Universidade?

Esses recursos representarão um forte impulso para o crescimento e desenvolvimento da UNESP, pois permitirão realizar grandes programas, executar projetos cuja exigência de verbas vai muito além do que as fontes tradicionais brasileiras podem fornecer. Tão importante quanto isso, no entanto, é que a possibilidade de obtenção desses recursos está chegando num momento muito apropriado. Vejamos: de uns anos para cá a UNESP entrou em ritmo de recuperação e está atingindo um momento decisivo em termos de investimentos. Uma vez arrumada a casa, necessariamente chega a hora do crescimento — estagnação é que não pode haver. A partir de 1985 foram retomadas as construções de obras novas e a realização de reformas em praticamente todas as Unidades, ocorrendo o mesmo com equipamentos didáticos e de pesquisa e material permanente. Ao mesmo tempo, cresceram os quadros docente e técnico-administrativo; está sendo criado um bom número de novos cursos de graduação e de pós-graduação, e a Reitoria vem incentivando e apoiando o surgimento de núcleos voltados para pesquisas de maior fôlego. Ou seja, para continuar nesse ritmo, a UNESP não poderá mais depender somente dos recursos do Tesouro do Estado. Ela precisará buscar recursos em outras fontes, no Brasil e no Exterior. É nesse contexto que o empréstimo junto ao BID se recobre da maior importância.

A UNESP às vezes é considerada a terceira universidade do Estado — não por ter sido a última a ser criada mas sim em função de seu

desempenho. Como o senhor vê esse problema?

Acima de tudo, discordamos veementemente dos que acham que a UNESP é a terceira universidade de São Paulo — certamente há aí uma carga muito grande de desconhecimento da realidade universitária paulista ou então de falsas intenções. Mas como sabemos que existem pessoas que acham realmente isso, é preciso dizer que esse é um problema que está começando a fazer parte do passado da UNESP. Temos provas suficientes para afirmar que está crescendo rapidamente a tendência de as pessoas passarem a considerar a UNESP como sendo uma das três universidades paulistas e não mais a terceira.

A que se deve essa mudança?

A uma série de fatores internos que acabam por provocar reflexos externos: seriedade administrativa, posições acadêmicas firmemente argumentadas, atendimento das demandas através de critérios voltados para as necessidades do conjunto da Universidade e não para os interesses particulares, recusa ao populismo, à troca de favores. E isto vem acontecendo com a imprescindível contribuição das Unidades e de grupos de professores e de funcionários que não medem esforços e sacrifícios para provocar essa mudança na imagem da UNESP.

Concretamente, onde estão incidindo os reflexos disso no mundo exterior ao da UNESP?

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo é um bom exemplo, pois trata-se de um colegiado que coloca UNESP, UNICAMP e USP em situação de igualdade. O fato de a UNESP ter sido consultada sobre seu interesse em encampar a Universidade de Bauru é outro exemplo fértil; igualmente, a inclusão da UNESP nos planos do Governo do Estado de pleitear empréstimos no Exterior, como é o caso do BID... Diríamos mesmo que a UNESP está começando a incomodar.

Incomodar quem, professor?

Essa pergunta não precisa de resposta.

Em 1988 a UNESP vai continuar incomodando?

Não há intenção de fazer coisas para incomodar as pessoas; são as pessoas que se sentem incomodadas com as coisas que estão sendo feitas na UNESP. Portanto, vamos continuar no nosso ritmo, dando seqüência ao plano de atividades que elaboramos ainda em 1985 e que pode ser resumido na melhoria de condições de ensino, de pesquisa e de extensão para que a atuação da UNESP seja cada vez mais ativa em cada uma dessas funções. Assim, neste ano vamos resolver o problema da moradia estudantil, ou construindo alojamentos ou concedendo bolsas em maior número e de maior valor para alunos; vamos destinar mais recursos para a compra de livros e periódicos e também criar as Secretarias de Departamento — o que vai significar um apoio administrativo maior para os Departamentos; vamos também incrementar os trabalhos visando a implantação o quanto antes do plano de carreiras para funcionários, segmento que contará também com treinamentos visando o seu aperfeiçoamento profissional.

O que o senhor acha do estágio pelo qual a UNESP está passando?

Cabe regozijarmo-nos com o atual estágio de desenvolvimento da nossa Universidade, lembrando que neste ano deveremos ser ainda mais agressivos com o propósito de elevar cada vez mais a posição da UNESP no sistema de ensino superior paulista e brasileiro.

Um bom manual para quem escreve a ciência

**COMUNICAÇÃO NA TECNOLOGIA** — Manual de redação científica (Editora Brasiliense, 156 páginas, Cz\$ 576,00), de Vera Cristina Feitosa.

Na cultura brasileira, a literatura constituiu, tradicionalmente, o fenômeno central da vida espiritual. Soberana entre o século XVIII e meados do século XX, impôs às atividades do pensamento a prevalência da interpretação poética, da descrição subjetiva e do procedimento metafórico sobre a interpretação racional, a descrição objetiva e o estilo direto.

A partir da década de 1950, ocorreu uma mudança substancial desse estado de coisas. A crescente divisão do trabalho intelectual requereu das ciências a elaboração de um conhecimento especializado, expresso em linguagem fora dos padrões da arte da palavra. A literatura encerrou a função de atividade sincrética, infiltrada nas várias áreas do conhecimento, e retraiu-se para o seu âmbito próprio: as preocupações de ordem estética. Com isso, aflorou um conjunto amplo de espécies de texto, inclusive na própria esfera do literário, cujas características estruturais necessitam ser descritas e conhecidas, juntamente com as peculiaridades do processo de comunicação, para que se entendam os mecanismos de produção e recepção de informações.

A preocupação com a multifacetada e heterogênea gama de textos e com a comunicação adequada tem sido uma constante de nosso tempo, mesmo por parte de organismos inesperados como é o caso do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello (CENPES — Petrobrás). A atenção dada à transmissão eficaz de informações nos relatórios técnicos levou-o a contratar os serviços da professora Vera Cristina Feitosa para cuidar dessa área e da de editoração. O desempenho da professora parece ter sido tão bom que a Petrobrás estimulou-a a elaborar um livro sobre a comunicação técnico-científica e, quando pronto, subsidiou cinquenta por cento da edição de 3000 exemplares, publicada pela Brasiliense.

Batizada com o chamativo título de Comunicação na tecnologia,

a obra traz no subtítulo o que realmente é: um "Manual de redação científica". Considerando que é necessário buscar "maior eficácia comunicativa para o texto técnico" (p. 105), "a autora parte do princípio de que o relato escrito de pesquisas, obras, inovações — parte inerente do dia-a-dia de cientistas e tecnólogos — raramente atinge seu receptor como deveria" (p.145). Para consegui-lo, o autor do texto necessita ter noções básicas de Teoria da Comunicação e estar ciente de que "o conteúdo do texto técnico deve ser determinado a partir dos interesses informacionais do receptor". (p. 105).

O manual de redação científica da professora Feitosa apresenta um conjunto de aspectos positivos, que principiam na construção do livro, passam pela descrição de certas espécies de textos e de tipos de leitor e finalizam na caracterização da relação entre o autor científico e revisores técnico e linguístico.

Comunicação na tecnologia é um livro construído em cinco capítulos e quatro anexos. Cabe aqui muito bem o termo construção para definir-lhe a composição. A autora traça com mão firme a passagem de uma teoria elementar inicial para uma prática consequente, fazendo-o segundo uma orientação progressiva. Nos dois primeiros capítulos, condensa dados essenciais sobre o processo de comunicação, mostrando os lugares do emissor e do receptor e a importância da caracterização deste para a eficácia da comunicação. Os três capítulos seguintes giram em torno da redação, descrita e compreendida em suas três etapas: "preparativos para a comunicação eficaz" (cap.3); "a redação do texto" (cap. 4); e "revisão crítica" (cap. 5).

Encontram-se no livro algumas descrições e caracterizações de textos e de leitor que podem constituir-se em contribuição significativa para a compreensão de suas naturezas. Bons exemplos de tipologia de textos são a sutil, porém, necessária determinação das várias modalidades de relatórios técnicos (p. 44-6), a pormenorizada apresentação, no Anexo 1 (p. 93-100), dos traços e etapas de uma entrevista, e, finalmente, os exemplos, no Anexo 3 (p. 105-7), de resumos

informativos e indicativos. Quanto ao tipo de leitor, a autora diferencia, com muita propriedade, entre leitor leigo e leitor técnico (p.48-50), cuja indistinção tem sido responsável não só pelo fracasso da comunicação científica escrita, mas também pelas distorções e equívocos em toda situação de comunicação.

O trabalho interdisciplinar visando a lograr uma transmissão de informações mais adequada é estimulado pela autora quando aborda a necessária interação que se deve estabelecer entre cientista e tecnólogo, como autor, e os revisores tanto técnico quanto linguístico. São flagrados também os preconceitos que dificultam o trabalho conjunto, podendo se ler na revisão linguística (p. 88) a própria experiência da autora transfigurada objetivamente.

Mas, no estágio atual, o manual de redação científica contém alguns pontos negativos que se poderão eliminar numa segunda edição. O primeiro deles diz respeito à diagramação e a alternância de tipos, que se realizam nem sempre de maneira muito eficaz. O segundo refere-se ao sumário, que deveria incluir subtópicos importantes dos capítulos três e cinco para orientar a leitura e facilitar a consulta. O terceiro trata da remetência aos anexos no corpo do trabalho, só realizada para o número quatro e ausente nos outros três. E, finalmente, a descrição da estrutura do memorando (p. 53) deveria vir acompanhada de um exemplo desse tipo de texto, ou ali mesmo, ou em anexo.

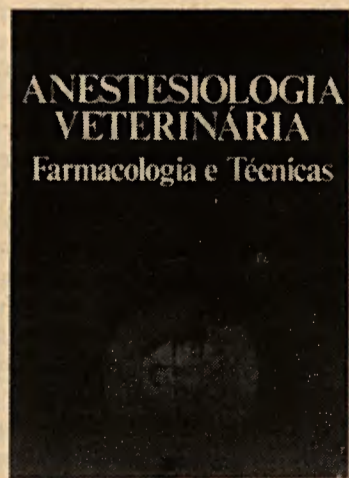
Esses pequenos pontos negativos não afetam, em essência, as qualidades do manual que será lido com proveito não só por cientistas e tecnólogos da Petrobrás, mas por todos aqueles que se ocupam com textos técnicos da modalidade dos mencionados, como os cientistas e tecnólogos de modo geral, os professores de língua portuguesa e os alunos de redação técnica. A Petrobrás merece cumprimentos por essa iniciativa, fazendo aqui o que empresas multinacionais têm realizado nos seus países de origem para tornar a transmissão de informações mais eficaz. (Carlos Eri-vany Fantinati — docente do Departamento de Literatura, ILHP-Campus de Assis).

Lançamento de docente

**ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA** — Farmacologia e Técnicas (Editora Guanabara, 235 páginas, Cz\$ 1.160,00), de Flávio Massone, professor do departamento de Cirurgia Veterinária e Reprodução Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia — campus de Botucatu.

Os dezenove anos de prática do autor sobre Anestesiologia Veterinária, adquiridos dentro da própria UNESP, permitiram-lhe a publicação do livro, que, até o momento, não tem precedentes nas publicações nacionais. Ilustrado com várias fotos, desenhos e tabelas, o livro é dedicado aos acadêmicos, aos profissionais que militam no campo e aqueles que se dedicam a cirurgia experimental.

São mencionadas as drogas nacionais, os psicoterápicos e entorpecentes, de acordo com a nomen-



clatura e as classificações vigentes, com o intuito de padronizar a linguagem anestesiológica usada na prática.

As técnicas propostas, selecionadas por espécies de animais, não são só aquelas consagradas pela rotina hospitalar e pelas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas, mas também, o autor oferece técnicas alternativas dentro dos padrões anestesiológicos clássicos. Os procedimentos anestésicos onerosos ou subjetivos foram evitados, citando apenas aqueles empregados com facilidade e desenvoltura.

Retificação

O comentário do professor José Aluysio Reis de Andrade em torno do livro Lux in Tenebris, de Roberto Romano, publicado nesta seção na edição anterior (janeiro — fevereiro, página 8) saiu com o título errado. Em vez de "O espaço físico do filósofo", o correto é "O espaço público do filósofo".

Continuação da página 2.

A Comissão do Estatuto já aprovou:

TÍTULO I

Da Universidade e seus fins

Artigo 1º — (discussão e votação adiadas)

CAPÍTULO I

Dos Objetivos

Artigo 2º — A UNESP rege-se pelos princípios de liberdade de pensamento e de expressão e tem como objetivo permanente desenvolver o saber e a cultura, em todos os seus aspectos e campos, para tanto devendo:

I — criar, acumular, preservar, sistematizar e divulgar tal saber por meio do ensino e da pesquisa;

II — formar recursos humanos para o exercício da investigação artística, científica, humanística e tecnológica, bem como para o desempenho do magistério e das demais profissões;

III — articular-se com a comunidade no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, inclusive mediante prestação de serviços;

IV — prover ensino gratuito.

CAPÍTULO II

Da Organização

Artigo 3º — A organização da UNESP obedece às seguintes diretrizes:

I — universalidade do conhecimento;

II — cooperação entre os Institutos, Faculdades e Campus responsáveis pelos estudos e atividades necessárias a cada curso, projeto ou programa;

III — estrutura baseada em Departamentos, reunidos em Institutos e Faculdades integrados em Campus;

IV — indissociabilidade do ensino e da pesquisa;

V — descentralização administrativa e racionalidade de organização, com plena utilização de recursos humanos e materiais;

VI — participação dos corpos docente, discente e técnico-administrativo nos órgãos colegiados;

VII — unidade de patrimônio e de administração.

Artigo 4º — A UNESP é constituída de Unidades Universitárias e Unidades Anexas, integradas em Campus Universitários.

Parágrafo único — São os seguintes os Campus Universitários: Campus de Araçatuba, Campus de Araraquara, Campus de Assis, Campus de Bauru, Campus de Botucatu, Campus de Franca, Campus de Guaratinguetá, Campus de Ilha Solteira, Campus de Jaboticabal, Campus de Marília, Campus de Presidente Prudente, Campus de Rio Claro, Campus de São José do Rio Preto, Campus de São José dos Campos, Campus de São Paulo.

Artigo 5º — As Unidades Universitárias são Institutos e Faculdades, todos de igual hierarquia.

Artigo 6º — Integradas às Unidades Universitárias poderão existir:

I — Unidades Auxiliares;

II — Centros Interdepartamentais.

Artigo 7º — As Unidades Auxiliares, de natureza e constituição variáveis e adequadas a cada caso, serão sempre subordinadas diretamente a uma das Unidades Universitárias, ainda que possuam administração própria.

Parágrafo único — As Unidades Auxiliares deverão possuir regimento próprio, aprovado pela Congregação da Unidade Universitária a que estiverem integradas.

Artigo 8º — Os Centros Interdepartamentais deverão cumprir objetivos específicos e possuir regimento próprio, aprovado pela Congregação da Unidade Universitária a que estiverem integrados.

Artigo 9º — Outras Unidades poderão ser criadas para cumprir objetivos específicos, com regimento próprio, que preverá, além de seu funcionamento e organização, os devidos graus de subordinação hierárquica.

Artigo 10 — Entre as Unidades de que trata o artigo anterior, incluem-se:

I — Unidades Anexas;

II — Museus;

III — Centros Interunidades.

Artigo 11 — As Unidades Universitárias que integram os campus mencionados no artigo 4º são as seguintes: (Discussão e Votação adiadas)

Parágrafo único — Outros Campus e Unidades poderão ser criados, por deliberação do Conselho Universitário, respeitadas as diretrizes básicas da UNESP.

Artigo 12 — Os Núcleos Regionais, definidos pelo CO com base em critérios acadêmicos e geográficos, integram Unidades Universitárias e Unidades Anexas para fins de planejamento e de coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Artigo 13 — As atividades dos Núcleos Regionais são coordenadas por Conselhos Regionais, cuja composição e competências são estabelecidas pelo Conselho Universitário.

Parágrafo 1º — A presidência do Conselho Regional é exercida por um de seus membros, escolhido pelo Reitor com base em lista tríplice elaborada pelo colegiado.

Parágrafo 2º — Os Colegiados Centrais da Universidade e o Reitor poderão delegar atribuições, respectivamente, aos Conselhos Regionais e a seus Presidentes, no âmbito de cada Núcleo Regional.

TÍTULO II

Do Patrimônio e dos Recursos

Artigo 14 — Constituem patrimônio da UNESP:

I — os bens, direitos e outros valores pertencentes à UNESP, bem como os que lhe forem destinados, doados ou que venham a ser adquirido;

II — os bens oriundos de herança vacante;

III — fundos especiais;

IV — saldos dos exercícios financeiros transferidos para conta patrimonial.

Parágrafo 1º — Cabe à UNESP administrar seu patrimônio e dele dispor.

Parágrafo 2º — A aquisição de bens pela UNESP é isenta de tributos estaduais.

Parágrafo 3º — Os atos de aquisição de bens imóveis pela UNESP, inclusive sua transcrição nos registros de imóveis, são isentos de custos e emolumentos.

Parágrafo 4º — A UNESP poderá promover Inversões tendentes à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis na realização de seus objetivos.

Artigo 15 — Os recursos financeiros da UNESP são provenientes de:

I — dotações do Governo do Estado consignadas em seu orçamento;

II — dotações que lhe forem atribuídas nos orçamentos da União, de outros Estados e dos Municípios;

III — subvenções e doações;

IV — rendas de aplicações de bens e de valores patrimoniais, de serviços prestados e de produção;

V — taxas e emolumentos;

VI — rendas eventuais.

Parágrafo único — As rendas eventuais geradas ou captadas pelas Unidades serão aplicadas com base em projetos aprovados pela Congregação.



## CAE já tem novos valores para as bolsas deste ano

De acordo com o reajuste salarial dado pelo Governo Estadual ao funcionalismo público, as bolsas oferecidas pela Coordenadoria de Assistência ao Estudante (CAE) também foram aumentadas na mesma proporção, ou seja, em 70%.

Dentro do programa Bolsa de Estudo não Reembolsável, oferecidas a alunos carentes, serão concedidas pela CAE neste ano 650 bolsas, cujo valor mensal, com o aumento, é de Cz\$ 3.055,10. Como o ano letivo começou neste mês, a Coordenadoria ainda está recebendo solicitações. Até agora, a CAE recebeu 648 pedidos de bolsas somente dos alunos veteranos; só estão faltando as listas da Faculdade de Medicina de Botucatu, do campus de Assis e de Franca. Em todas as Unidades já estão sendo preparadas as listas pré-seletivas dos calouros.

Para os alunos do 5º ano dos dois cursos de Medicina Veterinária (FMVZ — campus de Botucatu e FCAV — campus de Jaboticabal) que exercem o estágio curricular obrigatório, serão concedidas 67 bolsas, cujo valor é de Cz\$ 3.304,56 por mês.

A CAE também auxilia com uma bolsa os regentes dos Corais da UNESP, todos alunos do Instituto de Artes do Planalto (IAP) — campus de São Paulo. São quatorze bolsas referentes aos Corais do campus do Interior e quatro para os da Capital. Respectivamente, os valores dessas bolsas são Cz\$ 6.609,07 e Cz\$ 4.405,77.

Há ainda as bolsas do programa de Monitoria (Cz\$ 3.304,56), cujas solicitações para este ano ainda estão sendo feitas. No ano passado foram contemplados 154 alunos.

## Calendário deste ano mostra a Universidade

Está sendo distribuído a todas as Unidades Universitárias um calendário deste ano, produzido pela Reitoria através da Assessoria de Comunicação e Cultura. Medindo 62 x 42 centímetros, o calendário tem como ilustração o mapa do Estado de São Paulo, onde são apontados os campus e unidades da UNESP, com seus respectivos cursos de graduação e de pós-graduação. A distribuição, coincidindo com o início do ano letivo, será feita junto a professores, alunos e funcionários da Universidade, bem como para pessoas ou entidades com quem as Unidades mantêm relações: empresas e órgãos públicos locais, escolas de primeiro e segundo graus etc.

O calendário foi impresso por gentileza da Secretaria de Ciência e Tecnologia, em sua própria gráfica.

## Auxílio-criança sai no começo de abril

A Comissão para o Desenvolvimento do Programa de Centro de Convivência Infantil da UNESP informa que, a partir de 1º de abril, as funcionárias da Universidade, com filhos entre quatro meses e seis anos de idade, e com renda familiar de até 70 mil cruzados, passarão a receber 2.450 cruzados por mês a título de auxílio-criança. Para tanto, as servidoras que atendem a essas condições devem procurar as Comissões Locais do CCI para inscrição no programa.

### JABOTICABAL

O Centro de Convivência Infantil e a Sociedade dos Servidores da FCAV-Jaboticabal tiveram eleitas suas novas diretorias: Gilson José Leite, como diretor do CCI, e Luiz Carlos Amistá, como presidente da Sociedade de Servidores.

# Mais um setor da UNESP é informatizado

O PICD da UNESP está sendo informatizado, através da implantação de um sistema de microcomputador destinado exclusivamente ao atendimento das necessidades de informações sobre as bolsas e bolsistas da Universidade beneficiados pelo programa da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A sigla PICD significa Programa Institucional de Capacitação de Docentes, desenvolvido pela CAPES, com a finalidade de promover a melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino superior, através da concessão de bolsas para estágio, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Para que seus docentes possam se beneficiar do programa, a UNESP tem um convênio com a CAPES, pelo qual se compromete a manter uma Comissão de Capacitação de Recursos Humanos e a fornecer os recursos necessários para o gerenciamento do programa, como a infraestrutura administrativa. Esse órgão na UNESP tem a mesma denominação do programa que administra — PICD — que, nesse momento, inicia a implantação do computador em suas rotinas.

Para atender às necessidades do PICD, a Coordenadoria Geral de Informática, da Reitoria, além de orientar na aquisição do equipamento — um micro tipo PC, de 16 bits, com dois drives e capacidade de 704 kbytes de memória, e uma impressora serial —, desenvolveu um sistema denominado Controle de Acompanhamento de Bolsistas (CAB), que centralizará as informações sobre as bolsas e bolsistas, permitindo, de maneira eficiente, o controle, o acompanhamento e a divulgação das informações pertinentes.

O CAB se constituirá num instrumento de consulta, uma vez que seu Banco de Dados reunirá todas as informações relativas ao PICD na UNESP. Além disso, irá eliminar procedimentos racionalizando as atividades de controle, acompanhamento e emissão de relatórios.

Segundo Aparecida do Carmo Velloso, assistente da Comissão encarregada da gestão do programa na UNESP, “ainda não é possível quantificar as vantagens decorrentes da implantação do sistema, uma vez que ainda não foi concluída a consolidação do Banco de Dados”. Ela acredita, entretanto, que tão logo esteja pronta, será muito mais fácil fornecer as informações solicitadas pela CAPES e pelos próprios bolsistas, “que muitas vezes desconhecem até mesmo a data de início da vigência de sua bolsa”, afirma.

O CAB, entretanto, não é o primeiro sistema do PICD. Antes mesmo da aquisição do computador, a Comissão já vinha desenvolvendo um trabalho, utilizando o computador

Situação	Bolsas	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Especialização	Estágio
Valor mensal (fev./88)	BD	18.750,00	23.250,00	40.400,00	12.500,00	—
	BI	37.500,00	46.500,00	80.800,00	25.000,00	25.000,00
Bolsistas da UNESP	BD	87	187	—	—	—
	BI	14	120	3	3	—

BD: Bolsa Deslocamento; BI: Bolsa Integral

do campus de Botucatu, intitulado “Capacitação de Docentes da UNESP: situação atual, projeção e análise”, que, além de conter uma análise da situação até 1986, faz uma projeção dos cinco anos seguintes. Coordenado pelo professor Widsney Alves Ferreira, da FCA e membro da Comissão, o programa está em fase de conclusão, devendo ser transferido em seguida para o computador do PICD, na Reitoria.

De qualquer maneira, o computador do PICD já pôde informar o número total de docentes da UNESP beneficiados pelo programa, segundo cada categoria, levantamento que antes deveria ser feito manualmente, através de consulta às fichas individuais. (Veja o quadro). “A UNESP é a maior cliente do PICD — afirma o vice-reitor Paulo Landim, presidente da Comissão de Capacitação de Recursos Humanos — beneficiando um total de 414 docentes com bolsas diversas”.

### BOLSAS E AUXÍLIOS

Para se ter uma idéia da dimensão dos dados e rotinas do PICD é preciso conhecer melhor as diretrizes do programa. Em primeiro lugar, a CAPES concede duas modalidades de bolsas, em nível nacional, com base no tipo de afastamento do bolsista de suas atividades na instituição: bolsa integral e bolsa deslocamento.

A bolsa integral destina-se a candidato que obtenha afastamento total das atividades que desempenha na localidade de origem e se dedique de forma integral e exclusiva ao curso que irá fazer. Atende a estágios, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados.

A bolsa deslocamento destina-se a cobrir despesas com viagens periódicas de candidato que, impedido de se afastar completamente de suas atividades, irá fazer curso de especialização, mestrado ou doutorado em outra cidade.

Nas duas modalidades não é permitido que seja atribuída bolsa a candidato que faça o curso no campus universitário que esteja vinculado ou na mesma cidade onde esteja sua unidade. (Veja valor das bolsas no quadro).

Além das bolsas, o PICD oferece outros auxílios, como o Auxílio Viagem (ajuda ao



O micro já está sendo utilizado pelo PICD

bolsista frente às despesas de mudança de residência) e Auxílio para Confeção de Teses (para custear despesas próprias da confecção, como datilografia, reprodução etc.).

Para que as bolsas e auxílios sejam liberados, a Comissão deve encaminhar anualmente à CAPES um Plano de Capacitação, onde são definidas as prioridades anuais, descritos os procedimentos de acompanhamento dos bolsistas, a caracterização do corpo docente, discriminada por departamento, além do projeto operativo propriamente dito, que oficializa a solicitação de novas bolsas.

O PICD da UNESP também administra outros convênios com a CAPES, (veja matéria abaixo), como Demanda Social (bolsas encaminhadas aos cursos recomendados para distribuição junto aos alunos sem vínculo com qualquer instituição ou oriundos de instituição sem convênio com o PICD), PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que fornece auxílios aos cursos de pós-graduação), Programa de Infraestrutura e Consolidação de Cursos de Pós-Graduação, Bolsas no Exterior, entre outros. A informatização desses programas, entretanto, está prevista para uma etapa seguinte à consolidação do sistema do PICD.

## PICD, PADCT, PET... Firmados novos convênios

No final do ano passado e nos dois primeiros meses deste ano, foram firmados novos convênios entre a Universidade e a CAPES, os quais são administrados na Reitoria pelo PICD. Os convênios são realizados através de programas da CAPES que objetivam tanto repassar verbas para bolsas de estudo como para fomentar os cursos de pós-graduação existentes na UNESP.

Com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), foram firmados dois convênios. Um deles visa a implementação de atividades do subprograma Educação para a Ciência. O projeto beneficiado é “O papel da História e da Filosofia da Física na formação do licenciando”, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) — campus de Rio Claro. A verba destinada para a sua execução foi de Cz\$ 439.800,00. Para o outro PADCT — subprograma Química e Engenharia Química — fo-

ram repassados Cz\$ 324.288,00, referentes ao projeto “Pesquisa e formação de recursos humanos em Físico-Química”, do Instituto de Química — campus de Araraquara.

Para a concessão de auxílios dentro do Programa de Consolidação, Cz\$ 853.077,00 serão distribuídos pela CAPES entre cinco cursos de pós-graduação. Um outro convênio (Cz\$ 7.014.038,00), através do Programa de Infraestrutura, será para atender dezenove cursos de pós-graduação já consolidados na Universidade.

Outra concessão de auxílios da CAPES para a UNESP, no valor de Cz\$ 162.497,00, foi para a realização de dois cursos de pós-graduação lato-sensu no departamento de Educação Física do Instituto de Biociências (IB) — campus de Rio Claro.

Também referente ao IB-Rio Claro, firmou-se com a CAPES mais um convênio in-

tegrante ao Programa Especial de Treinamento (PET). Foram concedidas treze bolsas de estudo, sendo que doze são para os alunos do curso de Ciências Biológicas, no valor Cz\$ 12.500,00, e uma, com o dobro deste valor, para o professor-tutor. A função do PET é de propiciar condições para o desenvolvimento e desempenho de atividades acadêmicas a grupos selecionados de alunos de graduação que tenham em sua área potencial e habilidades destacadas. Os alunos são escolhidos anualmente no final do 2º semestre e/ou do 3º semestre do curso e ao término de três ou quatro anos há apenas substituições.

Estão sendo providenciadas assinaturas de outros convênios com a CAPES referentes ao 1º semestre de 88, mas, devido ao ano de atividades da entidade ser de março a fevereiro, ainda não estão definidos o número de bolsas e a quantia dos auxílios a serem concedidos.

# Distribuição de titulares tem critérios

O Governo do Estado, através do Decreto nº 28.133, de 20 de janeiro de 1988, ampliou o quadro efetivo de docentes da UNESP, através da criação de sessenta novos cargos de professor titular, que serão acrescidos aos 209 já existentes e lotados nas unidades.

Os novos cargos serão distribuídos pelo Conselho Universitário, a partir de estudo apresentado por uma Comissão Especial, composta pelos professores Carlos Landucci (FO-Araraquara), Márcio Rubens Graf Kuchembuck (FMVZ-Botucatu), Gildo Mathews (FO-Araçatuba), Manoel Dias Martins (ILHP-Assis) e José Perozim (IBILCE-São José do Rio Preto).

A Comissão, designada pelo Conselho Universitário em julho do ano passado, estabeleceu critérios para distribuição dos cargos, objetivando, acima de tudo, corrigir distorções do passado. O presidente da Comissão, professor Carlos Landucci, lembra que "até então, a distribuição vinha sendo feita pelo reitor, a quem o Conselho havia delegado essa competência. A atual reitoria então solici-

tou ao C.O. que designasse uma comissão para definir critérios e distribuir cargos". O professor Márcio Kuchembuck lembra também que a situação anterior gerava desequilíbrios entre os departamentos e unidades: "Há departamentos com um número elevado de titulares e, outros, que sequer possuem um".

Assim, um dos pontos fundamentais levantados pela Comissão é o atendimento prioritário dos departamentos que ainda não dispõem de cargo de professor titular. Outro critério aprovado pelo C.O. é o de que haja um interstício mínimo de cinco anos entre a data de obtenção do título de livre docente e a de inscrição do candidato para o concurso.

## PROFESSORES ASSISTENTES

O mesmo princípio de equilíbrio foi o norte da proposta da Comissão com relação à distribuição, já aprovada pelo C.O., de 158 cargos disponíveis de professor assistente. Foram contempladas, inicialmente, as unida-

des que não possuíam cargos de professor assistente na proporção mínima de um terço do total de seus docentes.

As unidades, entretanto, que tinham um número de concursos programados inferior ao critério estabelecido receberam apenas aqueles cargos que teriam condições de preencher. O restante foi distribuído para as unidades que, mesmo possuindo cargos acima da proporção mínima, tinham departamentos que não atingiam essa proporção. Os concursos para preenchimento dos cargos distribuídos estão em andamento.

A Comissão também propôs que fosse solicitada, ao Governo do Estado, para atender à demanda programada pelas unidades, a criação de mais 390 novos cargos de professor assistente e de 72 de professor titular, matéria já aprovada pelo Conselho Universitário.

No total, a UNESP conta agora com 269 cargos de professor titular e 1.008 de professor assistente.

# Teses e dissertações

## DOCENTES

• **Guilherme Eugênio Filippo Fernandes Filho** (FE — Guaratinguetá) "Análise do Consumo e da Viabilidade do Aumento de Eficiência de Energia para fins Térmicos dos Principais Setores Industriais pelo Balanceamento da Energia Térmica e Elétrica". **Resumo:** Este trabalho identifica inicialmente os energéticos e as formas de consumo mais relevantes para fins térmicos nos diversos setores industriais com base em pesquisa num universo de 2500 indústrias. Em seguida são apresentados diagnósticos energéticos de pelo menos uma indústria de cada setor para avaliação do desempenho das formas de consumo, já em nível de equipamentos. **Banca:** Daltro Garcia Pinatti, Jacques Marcovitch, Paulo Magalhães Filho, Marcius F. Georgetti e Antônio Washington Albino de Souza. **Doutorado,** Dia 28 de janeiro, na Fe/Guaratinguetá.

## ALUNOS

• **Célia Maria David** (FHDSS—Franca) "Idéia de América no pensamento de Buffon". **Resumo:** A autora confrontou as referências de Buffon sobre a fauna de América Meridional com as notícias reveladas pela Crônica Colonial Brasileira, apresentando um painel oposto ao quadro imaginado pelo naturalista francês Buffon. **Banca:** Manuel Nunes Dias, Alfredo Palermo e José Augusto Vaz Valente. **Mestrado,** dia 13 de janeiro, na FHDSS/Franca.

• **Simone Maria França Silva** (IB-Rio Claro) "Stigonemataceae (Cyanophyceae) no Estado de São Paulo, Brasil". **Resumo:** Este trabalho representa uma contribuição pioneira ao levantamento taxonômico das Stigonemataceae continentais do Estado de São Paulo, realizado com base no exame de 1365 amostras provenientes de 182 municípios. Foram identificados 17 táxons específicos e infra-específicos. **Banca:** Célia Leite Sant'Anna, Carlos Eduardo de M. Bicudo e Armando Vieira. **Mestrado,** dia 08 de fevereiro, no IB/Rio Claro.

• **Moacir de Souza e Silva** (FCA-Botucatu) "Remoção do manto superficial de áreas com predomínio da cultura da cana-de-açúcar (município de São Manoel)". **Resumo:** Estudou-se neste trabalho, as inter-relações da degradação do manto superficial com as características de padrão de drenagem e aspectos de relevo, em bacias hidrográficas do 3º ordem de ramificação pertencentes a três importantes unidades de solos, ocupadas, predominantemente, com a cultura da cana-de-açúcar, no município de São Manoel-SP. **Banca:** Gertrudes Celene Rocha Piedade, Wolmar Aparecida Carvalho Rutênio José Latanze, Carlos Roberto Espíndola e Paulo Rodolfo Leopoldo. **Mestrado,** dia 25 de fevereiro, na FCA/Botucatu.

• **Rosilux Paques de Barros Pacheco** (IB-Rio Claro) "Genética e Reprodução de três espécies tritílicas de Oxalis (Oxalidaceae) Seção Thamnoxys". **Resumo:** Foram estudadas as plantas de *O. sepium*, *O. hirsutissima* e *O. physocalyx* que apresentam características morfológicas típicas da tritília. **Banca:** James Robert Coleman, Catalina Romero Lopes, Antonio Barioni Guzman, Gehard Bandel e Paulo Soderer Martins. **Doutorado,** dia 25 de fevereiro, no IB/Rio Claro.

• **Eliana Morielle** (IBILCE-São José do Rio Preto) "Variabilidade na localização e na atividade das regiões organizadoras de nucléolos em morcegos da família Phyllostomidae (Mammalia; Chiroptera)". **Resumo:** o presente trabalho objetivou estudar as regiões organizadoras de nucléolos (RONs) em 13 espécies da família Phyllostomidae (Mammalia, Chiroptera), identificando a localização e a frequência de RONs ativas no cromossomo metafísico, relacionando esta com o número de nucléolos interfásicos e destacando as variações dessas regiões no processo de evolução cromossômica. **Banca:** Marileila Varella Garcia, Valdir Antonio Taddei, Yatiyo Yonenaga Yassuda, Hermione Elly Melare de Campos Bicudo e Edmundo José de Lucca. **Mestrado,** dia 25 de fevereiro, no IBILCE/São José do Rio Preto.

• **Rita de Cassia Sindronia Maimoni Rodella** (IB-Rio Claro) "Padrões de crescimento, distribuição de recursos e estratégias de reprodução em *Ipomoea acuminata* Roem. Et Schult. e *Ipomoea aristolochiaefolia* (H.B.K.) Don. (Convolvulaceae)". **Resumo:** O desempenho de *Ipomoea acuminata* Roem et Schult. e *Ipomoea aristolochiaefolia* (H.B.K.) Don., plantas daninhas da família Convolvulaceae, foi avaliado experimentalmente, realizando-se o cultivo em dois tipos de solos e em duas épocas de semeadura. **Banca:** Oswaldo Cesar, Antonio Barioni Guzman, Ciro Antonio Rosolem, Giorgio de Marinis e João Domingos Rodrigues. **Doutorado,** dia 26 de fevereiro, no IB/Rio Claro.

# Professores dos colégios passam a ter estatuto

Foi aprovado, pelo Conselho Universitário, o Estatuto do Magistério do 2º Grau da UNESP, que deverá entrar em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro. O novo estatuto beneficiará os 53 professores dos dois colégios técnicos — Escola Estadual de Segundo Grau Agrícola José Bonifácio, de Jaboticabal, e Escola Estadual de Segundo Grau de Guaratinguetá — que, por serem contratados em regime de CLT, não usufruíam dos benefícios previstos aos servidores estaduais.

Devido a isso, havia uma grande disparidade entre a situação dos docentes do magistério da UNESP e os da Secretaria de Educação. Com o objetivo de eliminá-la, foi elaborado um estatuto adequado à realidade dos dois colégios que, por suas características de técnico-profissionalizantes, diferem das demais escolas de 2º grau.

A partir de agora, os professores que optarem pelo regime autárquico terão diversas vantagens, como adicional por tempo de serviço, promoção, progressão funcional, gratificação por trabalho noturno, adicional de magistério e licença-prêmio, entre outras que, anteriormente, eram reservadas exclusivamente aos docentes da rede oficial.

Em Jaboticabal, onde é ministrado o curso técnico em agropecuária, serão 22 os professores beneficiados. Para o diretor do colégio, Moacir Pazeto, "a criação do estatuto foi ótima; era uma aspiração de dez anos". Ele afirma ainda que "o novo estatuto vem provar o reconhecimento dos cursos de 2º grau dentro da UNESP, permitindo que os professores trabalhem mais tranquilos, podendo ter uma maior produção".

O estatuto veio trazer também uma nova estrutura técnico-pedagógica aos cursos de mecânica, eletrotécnica e eletrônica de Guaratinguetá. Serão criadas coordenações de disciplinas, projetos e áreas permitindo que os professores responsáveis por essas funções possam ser remunerados pelo tempo dedicado a elas. Para Carlos Augusto Patrício Amorim, diretor do colégio, "o estatuto foi um ato de compreensão por parte do reitor e do C.O. que vem dar aos professores um estímulo muito grande para o desenvolvimento do seu trabalho, uma vez que terão uma perspectiva de carreira".

Todo o trabalho de estudo e elaboração do estatuto foi iniciado em 1982, envolvendo uma equipe formada por Roberto Bazilli, da Assessoria Jurídica, Maria Laura Martins Correia e Irany Fray Franchini, do Órgão Central de Recursos Humanos, pelos professores Benedito Cezar Marinho e José Mário Banzi, de Guaratinguetá, e pelo professor Luiz Vitor Egas Villela, de Jaboticabal.



## O segundo disco de Cláudio Richerme

Já está a venda o segundo disco solo do professor do Instituto de Artes do Planalto (IAP) — campus de São Paulo, Cláudio Richerme, composto pelas Bachianas Brasileiras nº 4 e três "cirandas", de Villa-Lobos e, La Valse, de Ravel.

Este LP, produzido pela Con Anima — Representações Artístico-Culturais Ltda., com patrocínio da empresa Galvani S.A., pode ser encontrado nas lojas ou pedido pelo reembolso postal para a Con Anima, no endereço: rua Dr. Veiga Filho, 422 — apto. 111, Cep 01229 — São Paulo (SP),

fone: 67-5199. O preço é de Cz\$ 500,00 mais taxa de reembolso.

O primeiro disco de Cláudio Richerme, lançado em 1985, também sob o selo Con Anima, conta com obras de Villa-Lobos e Gottschalk, podendo ainda ser pedido pelo mesmo reembolso.

Recebendo unânimes elogios da crítica especializada por suas interpretações, o professor Cláudio Richerme foi duas vezes premiado pela Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA) como melhor recitalista do ano.

## Substitutos do reitor e do vice

O Conselho Universitário, em sua primeira reunião de cada ano elege cinco professores titulares, entre seus membros, para exercerem a função de reitor em caso de eventuais faltas ou impedimentos do titular e do vice.

Na reunião do dia 28 de janeiro foram eleitos, por ordem de sucessão, os seguintes professores: Marcos Alegre — IPEA de Presidente Prudente, Ricardo Arruda Veiga — FCA de Botucatu, Fernando Mesquita Lara — FE de Ilha Solteira, Lourival Larini — FCF de Araraquara e Waldir Gandolfi — FMVZ de Botucatu. Todos esses docentes são diretores das Unidades Universitárias apontadas.

## Docentes em atividades

• Com o trabalho "Transplante autógeno de cartilagem hialina de costela, preservada em glicerina, após remoção do pericôndrio, para o arco zigomático de ratos. Estudo histológico", o professor Tetuo Okamoto do departamento de Diagnóstico e Cirurgia da FO-Araçatuba classificou-se em 2º lugar no "Prêmio Horace Wells 1987", um concurso de âmbito nacional.

• Uma das mais famosas Bandas Sinfônicas Militares da Holanda, a "Johan Friso Kapel", foi regida no mês de dezembro pelo professor do IAP-São Paulo, José Viegas Muniz Neto. Sua participação como maestro da Banda fez parte de um concurso, no qual o professor obteve um diploma do governo holandês pela sua atuação.

## Agenda

### ARARAQUARA

- 11/3 a 24/6. Ciclo de conferências sobre temas atuais da Química no IQ. Promoção do departamento de Química Geral e Inorgânica.
- 13/3 a 30/6. II Ciclo de Estudos sobre o Pensamento Educacional no ILCSE. Promoção do departamento de Ciência da Educação.
- 15/3 a 30/6. I Ciclo de Estudos sobre Informática e Educação no ILCSE. Promoção do departamento de Ciência da Educação.
- 24/3, 27/4 e 2/6. Debate sobre a Questão Agrária no ILCSE. Promoção do departamento de Sociologia.

### ASSIS

- 3/3 a 30/6. Ciclo de Cultura Francesa no Instituto. Promoção do departamento de Letras Modernas.

### BOTUCATU

Todos os eventos abaixo serão realizados no IB.

- 1º a 15/3. Curso de Extensão Universitária: Farmacologia do Globo Ocular. Promoção do departamento de Farmacologia.
- 1/3 a 29/4. Curso de Extensão Universitária: Iniciação à Carcinologia. Promoção do departamento de Zoologia.
- 2/3. Recital de Vioião e Flauta Doce no IB. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
- 6/3. Orquestra de Jazz. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
- 16/3. Recital de Piano. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
- 21 a 25/3. Curso de Extensão Universitária: Métodos Diagnósticos para Protozoários Intestinais. Promoção do departamento de Parasitologia.

### FRANCA

- 29/3, 24/5 e 14/6. Palestras: "O Transporte Ferroviário e a História". Promoção do departamento de História Básica da Faculdade.

### GUARATINGUETÁ

- 21 a 25/3. Cursos sobre as Potencialidades dos Laboratórios da Faculdade. Promoção da Diretoria da Faculdade.

### JABOTICABAL

- 24/3. Seminário e debates sobre introdução ao Uso da Cana Integral. Serão transmitidas informações de inovações tecnológicas recomendadas como matéria-prima para a produção de açúcar e álcool. Promoção da Diretoria da Faculdade e da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (STAB).
- 29/2 a 4/3. VI Semana de Integração do Calouro na FCAV. Promoção do Diretório Acadêmico.

### MARÍLIA

- 15 e 16/3. III Encontro de Professores de Biblioteconomia e Ciências da Informação na FEFCSO. Promoção do departamento de Biblioteconomia e Documentação.

### PRESIDENTE PRUDENTE

- 1º/3 a 30/6. Retrospectiva do Cinema Nacional no IPEA. Promoção do Cine Clube do Instituto.
- 11/3 a 17/6. Seminário "As Grandes Linhas Epistemológicas Contemporâneas". Promoção do departamento de Educação do IPEA.
- 15/3 a 24/5. 1º Seminário de Planejamento Urbano e Rural para o Pontal de Paranapanema. Promoção interdepartamental do Instituto.
- 16 a 25/3. Curso de Fotografia e Manejo de Vídeo. Promoção do departamento de Educação e Cartografia do Instituto.
- 19/3. A Escola no Século XXI: uma proposta interdisciplinar. Promoção do departamento de Educação do IPEA.

### RIO CLARO

- 1º a 4/3. Semana do Bicho no IB. Promoção do CEECO.
- 10/3 a 20/6. Atividades expressivas verbais e não verbais no IB. Promoção do departamento de Educação Física.

### SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

- 1º a 25/3. Jogos Dramáticos na Pré-Escola. No IBILCE com promoção do departamento de Letras Modernas.

# Representantes da UNESP vão ao BID

Mais um passo foi dado nas negociações entre a UNESP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no sentido deste conceder empréstimo para financiamento parcial do Plano Plurianual de Investimento da Universidade. No final de janeiro, por ocasião da assinatura da liberação do financiamento concedido pelo BID à USP, a UNESP foi convidada a apresentar seu plano ao Banco, iniciando, assim, entendimentos formais quanto à adequação técnica do Programa às normas exigidas para a obtenção do empréstimo.

Representando a UNESP, os professores Arthur Roquete de Macedo, da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu e presidente da Comissão Técnica, encarregada da definição das prioridades de cada área e composta por quinze docentes das cinco áreas do conhecimento, e Guilherme Correa de Toledo, assessor técnico do Gabinete do Reitor, visitaram o Banco Interamericano, em Washington, nos Estados Unidos. O Programa da UNESP, submetido à apreciação do corpo técnico e direção do Banco, não teve restrições, de acordo com o parecer inicial, se apresentando adequado para a etapa de negociações em curso.

Apesar disso, não há grandes possibilidades de o financiamento ser liberado ainda neste ano, uma vez que o orçamento do BID já está comprometido com outros projetos prioritários para o Governo Federal.

"As oportunidades são maiores para o próximo ano — explica Guilherme Toledo — pois o BID espera contar com novos aportes de recursos dos países membros, o que viabilizaria uma maior dotação para os países classificados como A, ou seja, Brasil, Argentina, Venezuela e México". Mas há outras al-



Os professores Guilherme de Toledo (à esq.) e Arthur Macedo (à dir.), junto ao vice-reitor Paulo Landim, em reunião sobre o empréstimo com os diretores das Unidades.

ternativas para obtenção do empréstimo, segundo ele, como a inclusão do pedido da UNESP no plano que está sendo elaborado pelo MEC, via CAPES, e Ministério da Ciência e Tecnologia, que visa atender as necessidades gerais do ensino superior no Brasil.

### OUTRAS FONTES

Além das conversações junto ao BID, os representantes da UNESP aproveitaram a oportunidade para iniciar contatos junto ao Banco Mundial (BIRD), para complementação do financiamento do Programa Plurianual, já que o BID só financia até 40% do montante geral do projeto. Após esse contato

exploratório, foi definido que a UNESP encaminhará oficialmente solicitação de recursos também ao Banco Mundial.

O Plano Plurianual de Investimentos da UNESP tem como objetivos prioritários a recuperação e modernização dos laboratórios de ensino e pesquisa, os investimentos nas fazendas de ensino, pesquisa e produção, a instalação de novos cursos, a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo e o desenvolvimento de projetos especiais, cujos custos previstos, para os próximos quatro anos, atingem a soma de quase 108 milhões de dólares.

## COE-Marília é transformado em unidade auxiliar

O Centro de Orientação Educacional (COE), órgão de prestação de serviços à comunidade e de apoio às atividades de ensino e de pesquisa que funciona há sete anos junto à Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação (FEFCSD) — campus de Marília, ganhou o status de unidade auxiliar. A medida foi aprovada pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 28 de janeiro, com base no artigo 6º do Estatuto da Universidade.

O Centro continuará vinculado à FEFCSD, no entanto gozará de autonomia administrativa e financeira: contará com regulamento próprio, ao mesmo tempo em que passará a figurar como item permanente no orçamento da Faculdade.

Segundo a professora Yolanda de Castro e Souza, do Departamento de Psicologia da

Educação e coordenadora do COE desde a sua criação, "esta oportunidade estava sendo esperada por toda a equipe com muita expectativa". Para ela, a condição de unidade auxiliar significa "solidificar o COE como entidade", salienta.

Da maneira como vem funcionando, a principal alteração na estrutura do Centro será a existência formalizada de um supervisor, cuja indicação será feita pela Congregação a partir de uma lista tripartite elaborada pela equipe que trabalha no COE. Para compor a lista, os candidatos devem ter o título mínimo de doutor e estar atuando no COE há pelo menos dois anos.

O Centro de Orientação Educacional do campus de Marília oferece atendimento psico-pedagógico, social e terapêutico a crianças carentes das primeiras séries do primeiro grau

com problemas de aprendizagem e deficiências visual e de audiocomunicação. São 23 profissionais envolvidos: seis pedagogos, cinco psicólogos, quatro fonoaudiólogos, um otorrinolaringologista, um pediatra, um assistente social e dois professores habilitados em Educação Especial na área de deficientes visuais. São atendidas crianças da região de Marília e também de outras localidades do Estado.

A transformação do Centro em unidade auxiliar se deveu principalmente ao aumento considerável da sua demanda. Desde sua criação, em 1980, até o final do ano passado, o COE realizou mais de dez mil atendimentos. "Nossa aspiração é de que, como unidade auxiliar, ampliaremos não só o número de atendimentos mas também nossos setores e funções", prevê a professora Yolanda de Castro.

### Sai calendário de eventos do IB para o ano de 1988

O Instituto de Biociências (IB) do campus de Botucatu está lançando o seu Calendário de Eventos — 1988, organizado pela Câmara de Graduação e pelos departamentos do Instituto. Este é o terceiro calendário — começou a ser publicado em 1986 — que tem por objetivo tornar públicas as atividades extracurriculares que serão desenvolvidas no decorrer do ano.

Essa iniciativa do IB repercute positivamente, pois, a partir da prévia estruturação das atividades e de sua divulgação, proporciona aos interessados maiores possibilidades de participação. O calendário apresenta desde uma relação de cursos, congressos e reuniões científicas até a programação de atividades esportivas e culturais.

### FMVZ faz uma publicação para registrar os 25 anos

Para comemorar os 25 anos de sua fundação, a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), do campus de Botucatu, publicou um catálogo no qual apresenta as contribuições prestadas pela instituição com relação a ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade.

Através de suas vinte páginas e de diversas fotos, a revista conta um pouco da história da FMVZ, além de descrever as suas unidades de apoio didático-científico como o biotério, a biblioteca, o hospital veterinário e as fazendas de ensino, pesquisa e produção. Também os cursos de graduação e pós são comentados, oferecendo a relação das matérias ministradas bem como os objetivos dos cursos.

### Recursos genéticos será o tema de Encontro na FCAV

Será realizado, de 12 a 14 de abril, no Centro de Convenções da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal o "Encontro sobre Recursos Genéticos", coordenado pela FCAV e pelo Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEM/EMBRAPA).

O encontro visa promover um intercâmbio de informações entre a comunidade científica a respeito da importância dos recursos genéticos, bem como da perda da variabilidade genética em espécies animais e vegetais. No programa constam conferências com profissionais de diversas entidades, além de uma sessão de painéis sobre trabalhos de pesquisa que ficarão expostos durante a realização do encontro.

# FCAV desenvolve projeto de citricultura

Está sendo desenvolvido, desde 1982, em Bebedouro, o Projeto Citros, uma série de experimentos com 3500 árvores cítricas, coordenado pelo professor Luiz Carlos Donadio, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal. O objetivo do projeto é desenvolver a pesquisa na área de citricultura, na principal região produtora do Estado, beneficiando a comunidade agrícola através da divulgação de resultados e prestação de serviços.

O projeto teve início a partir da doação em comodato, pela Prefeitura Municipal de Bebedouro, de um terreno de 14,7 alqueires à Fupab (Fundação de Pesquisas Agroindustriais de Bebedouro) e, depois, de mais dez alqueires a FCAV. Nessa área, foi instalada a EECB, Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro, que está se tornando um pólo de pesquisa regional, orientando os citricultores quanto às melhores formas de plantio e manutenção das culturas.

A estação, situada a 55 quilômetros do campus, foi criada através de um convênio firmado entre a UNESP, a Prefeitura Municipal de Bebedouro e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, além da Coopercitrus (Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo), Frutesp, Fundecitrus (Fundo Paulista de Defesa da Citricultura), Associtrus (Associação Paulista de Citricultores) e Fupab.

Paralelamente a esse convênio, também outras entidades fornecem recursos para as pesquisas, como Embrapa, CNPq e Fapesp, além de várias empresas privadas. "Essas empresas encomendam pesquisas quando querem testar um produto, patrocinando o projeto para poderem ter maiores informações", explica Donadio. Dessa maneira, se uma empresa produtora de defensivos precisa saber quais os resultados obtidos em um pomar que tenha recebido aplicações de determinado produto por três anos consecutivos, por exemplo, ela recorre à EECB. "A estação tem a filosofia de congregar instituições que querem empregar dinheiro em pesquisa. Com isso, há a integração da Universidade com a empresa privada", diz Donadio.

Apesar de a estação não estar ainda em condições ideais quanto a instalações e equipamentos, já conta com uma boa infraestrutura, capaz de permitir que os pesquisadores da FCAV desenvolvam diversos subprojetos. Há luz elétrica e um poço semi-artesiano, o que permite a utilização de um sistema de irrigação, apesar de a água ser ainda insuficiente para irrigar toda a plantação. Possui também um pulverizador para a aplicação de defensivos, dois tratores e duas camionetas.

Na sede da estação há um escritório para a administração e, ao lado, um galpão de 180 metros quadrados onde são guardados os equipamentos e veículos. Há também uma casa, e está quase concluída a construção de um prédio que abrigará um laboratório destinado à preparação de amostras de folhas e solos a serem enviadas para análise.

Todo o trabalho decorrente do desenvolvimento do Projeto Citros é feito por um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola e quatro trabalhadores braçais, sob a coordenação do professor Donadio, responsável pela maioria das pesquisas em andamento. Segundo ele, "as pesquisas são voltadas para a citricultura da região, embora as informações possam ser utilizadas em nível nacional".

## SUBPROJETOS

Cada um dos subprojetos instalados na estação abrange um aspecto no cultivo dos citros e, através do desenvolvimento das plantas e da produtividade conseguida, vai se chegando a conclusões que serão de extrema importância para a citricultura.



Experimentos sobre a eliminação do capim (foto 1) e estufas para mudas (foto 2), coordenados por Donadio (no destaque).

Uma das atividades realizadas é a preparação de mudas e sementes para venda aos produtores e para uso na estação. Há um lote de plantas matrizes, do tipo tangerina-cleópatra, que fornece sementes para serem utilizadas como cavalos em enxertos. As sementes são germinadas em uma estufa e, posteriormente, transferidas para o solo. Depois disso, estão prontas para receber o enxerto do citro que se quer cultivar. As plantas que crescem enxertadas apresentam um desenvolvimento mais rápido, produzindo antes que as outras. "A distribuição de sementes é a extensão de um trabalho já realizado na Faculdade. O produtor compra a semente com a certeza de que é um material de boa qualidade que permitirá um desenvolvimento uniforme da plantação", explica Donadio.

Além desse, diversos outros trabalhos estão sendo desenvolvidos, como o estudo do "efeito do espaçamento duplo no desenvolvimento e produção da laranja-pêra". Seguindo a ideia de racionalidade e economia que norteia todas as atividades, esse estudo objetiva uma maior produtividade por área plantada. Para estudar os efeitos do plantio duplo de pés de laranja a diferentes distâncias, foram selecionadas mudas de laranja-pêra para serem enxertadas em tangerina-cleópatra. Este experimento está sendo feito com 280 pés e será avaliado, durante os três primeiros anos, medindo-se o diâmetro do tronco e da copa. Posteriormente, a avaliação será feita pela contagem e pesagem dos frutos produzidos.

Apesar de os resultados finais só serem conhecidos depois de dez anos ou sete colheitas, Donadio explica que "quando são colocados pés mais próximos uns dos outros, apesar de o gasto com mudas ser maior, a produção por hectare, no futuro, será mais compensadora".

Outro projeto em desenvolvimento é sobre o "efeito do gesso agrícola na cultura dos citros", que tem como objetivo testar a eficácia desse agente como fonte de cálcio e corretivo da acidez subsuperficial. Para tanto, está sendo utilizado um pomar em fase de produção com determinado teor tóxico em profundidade. O gesso é aplicado em doses necessárias para repor o cálcio que se perde na colheita. E, como uma outra parte do mesmo ensaio, o gesso é utilizado para neutralizar o alumínio tóxico em profundidade. Como forma de avaliação, serão analisadas as folhas para se conhecer o estado nutricional da planta e amostragem do solo, em duas profundidades, para determinação dos teores de cálcio, alumínio e enxofre, além da avaliação da produção obtida em cada um dos tratamentos.

Estão em desenvolvimento na estação outros subprojetos que pesquisam a transmissão do declínio (doença) que ataca os citros, maneiras de adubação, de extermínio de capim; entre outros.

## A produtividade no Brasil é baixa

As pesquisas realizadas na EECB, através do Projeto Citros, se recobrem de grande importância tanto para a agricultura local quanto para a economia brasileira. Apesar de o Brasil ser o principal produtor mundial de citros, o maior exportador de suco de laranja industrializado e o primeiro colocado em número de pés, não produz a mesma quantidade de frutos por pé que outros países, como os Estados Unidos. Lá, cada planta produz quatro caixas, contra 2,2 caixas no Brasil. Embora a produção americana seja menor que a brasileira, a produtividade fica bem acima.

Esse fato é resultado de investimentos em pesquisa. Enquanto no Brasil os produtores investem em área, aproveitando-se da abundância de terras existente no país, nos Estados Unidos o investimento é feito para se conseguir uma maior produtividade por área plantada. Além de terras ricas em fósforo, os produtores americanos podem contar com modernos sistemas de irrigação e até com adubação computadorizada, capaz de verificar qual o produto mais indicado para cada tipo de solo.

Mesmo sem o domínio tecnológico das grandes potências, o Brasil produziu cerca de

285 milhões de caixas de laranja em 1987, mais que o dobro da produção americana. Desse total, 90% são destinados à industrialização, sendo que o suco de laranja ocupa a quinta colocação no saldo da balança comercial brasileira. Só no ano passado, foram exportadas cerca de 780 mil toneladas do suco, que renderam quase novecentos milhões de dólares.

Dentro desse contexto, São Paulo ocupa papel de destaque, respondendo por 90% da produção nacional. A safra paulista de 86/87 foi responsável por 256 milhões de caixas, apesar de ter havido uma pequena quebra em virtude da seca, que, embora não tenha sido tão violenta a ponto de promover perda de pomares, contribuiu para que os frutos tivessem uma diminuição de tamanho.

Na região de Ribeirão Preto, área de atuação do Projeto Citros, a produção da safra 86/87 foi de 103 milhões de caixas, representando 40% da produção do Estado. E para se ter uma ideia da importância do aumento da produtividade, basta verificar que, ao se comparar o índice brasileiro com o americano, com 118 milhões de pés dando frutos, em vez de 260 milhões de caixas, a produção paulista seria de 470 milhões.

## O pulverizador premiado

Serão entregues na primeira quinzena de março os prêmios aos ganhadores do XV Concurso Nacional do Invento Brasileiro — Prêmio Governador do Estado, dentre eles, o professor Tomomassa Matuo, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal.

Seu invento, o pulverizador agrícola intermitente operado fotoeletricamente revolucionou o setor de pulverizadores, já que os existentes atualmente, de pistola e turbo-atomizadores, perdem cerca de 60% do produto aplicado, enquanto o novo perde apenas 24%. Além disso, por trabalhar em baixo volume, permite economia de tempo e combustível. Isso porque são utilizados, para cada planta, dois litros de água para diluição do defensivo, sendo que os convencionais utilizam dez litros. Como os tanques têm capacidade de dois mil litros, o novo pulverizador trata mil plantas enquanto os outros tratam apenas duzentas, tendo que voltar para reabastecimento.

Segundo o professor Tomomassa, "o pulverizador permite maior eficiência do trabalho com cinco vezes menos interrupções". Além de vantagens econômicas — o produto desperdiçado tem alto custo —



há também as ecológicas, como explica o professor: "Esses produtos, por apresentarem alto potencial poluidor, quando não são absorvidos pela planta representam injustificável contaminação para o ambiente".